

UNISC
CURSO DE PSICOLOGIA

Graziela Fernanda Ribeiro

**O SIGNIFICADO DA CASA PRÓPRIA PARA OS MORADORES DO RESIDENCIAL
VIVER BEM NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS**

Santa Cruz do Sul,
2015

Graziela Fernanda Ribeiro

**O SIGNIFICADO DA CASA PRÓPRIA PARA OS MORADORES DO
RESIDENCIAL VIVER BEM NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL
– RS.**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Psicologia
da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do
título Bacharel em Psicologia.

Prof^ª. Orientador: Dr^ª. Cristiane Redin Freitas.

Santa Cruz do Sul

2015

Dedico esse trabalho a minha mãe, que sempre me encorajou continuar nessa caminhada. Mãe através da tua força, motivação e carinho que me fez uma pessoa melhor. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo por colocar no meu caminho pessoas iluminadas, das quais nomeio como família. Agradeço a todos pela paciência, pelos conselhos, pelas motivações e empurrões que fizeram-me seguir sempre em frente. Sem a ajuda da minha família, certamente tudo seria muito mais difícil.

Agradeço de forma generalizada aos que de alguma forma, contribuíram para minha formação. Aos amigos, o meu respeito e minha admiração, dedico esse diploma a vocês também.

Agradeço á professora e orientadora deste trabalho, pela atenção e por estar sempre disponível quando necessitei, por me motivar à sempre seguir em frente. Aos demais professores agradeço pelo carinho, pela dedicação e entusiasmo demonstrado ao longo do curso. Agradeço a universidade por me presentear com amizades incríveis que ultrapassam as barreiras institucionais nesses oito anos de graduação.

Finalizo ressaltando que não há vitória sem esforço e que ao longo desses anos, passei por inúmeros contratemplos que me fizeram ainda mais forte. Desta forma, esse trabalho final é a realização e a concretude de um sonho, do qual foi gerido junto com minha família. Agradeço a ela por essa grande conquista. Esse diploma também é de vocês. Obrigada!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar quais são as representações sociais dos moradores do residencial Viver Bem sobre a aquisição da casa própria. As representações sociais se referem aos pensamentos, ideias, afetos sobre um determinado fenômeno da realidade cotidiana e é uma forma de conhecimento do senso comum produzida pelos indivíduos. Em outras palavras, as representações sociais são conjuntos de conhecimentos práticos que dão sentido para alguns eventos, auxiliando, desta forma, à construção social da realidade. Para captar essas representações, foi realizado, inicialmente, um perfil socioeconômico e entrevistas individuais semi-dirigidas, com dez beneficiários de uma casa no Residencial Viver Bem. O referido residencial é um projeto construído com o intuito de diminuir o déficit habitacional que assola a cidade de Santa Cruz do Sul, através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal. O PMCMV é uma política pública com base em outros programas federais que, através de fundos públicos e privados, tem mantido a promessa de construção de casas populares para as famílias de baixa renda (famílias que recebem renda de até um salário mínimo R\$788,00). A partir de regras impostas pelo programa, as pessoas podem ter suas casas ou apartamentos, pagando o mínimo por mês (R\$ 80,00), dependendo da sua renda. É com o intuito de descobrir os significados da aquisição da casa própria que essa pesquisa se propõe. Como principais resultados encontramos duas categorias. A primeira delas, a qual nomeamos como: “Significados da Casa Própria” se desdobrou em duas subcategorias, sejam elas o “Não ser dono da minha casa” e “ser o dono da minha casa”. A segunda grande categoria, nomeamos como “Crise no Brasil, crise no residencial”. A partir dessas categorias verificou-se que os beneficiários do Residencial Viver Bem “sonham” com esse novo lar, seja para fugir do aluguel ou para possuir um pouco de conforto, segurança e habitabilidade. A segunda categoria “crise” demonstrou como o problema econômico do país afetou a entrega das casas aos beneficiários e, por consequência, afetou suas vidas e expectativas diante da moradia no residencial. Desse modo, é preciso pensar em Políticas Públicas que assegurem aos beneficiários o seus direitos sociais, possibilitando a eles formas de se apropriarem desse conhecimento de forma que possam reivindicar seus direitos à moradia.

Palavra-Chave: Representações Sociais, Habitação, Casa Própria, Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

This study aims to identify what are the social representations of residential residents live well on home ownership. Social representations refer to the thoughts, ideas, feelings about a particular phenomenon of everyday reality and is a form of common sense knowledge produced by individuals. In other words, social representations are sets of practical knowledge that give meaning to some events, helping in this way, the social construction of reality. To capture these representations was performed initially a socioeconomic profile and semi-structured individual interviews with ten recipients of a house in the Residential Living Well. The home that is a project built in order to reduce the housing deficit that plagues the city Santa Cruz do Sul, through the Minha Casa, Minha Vida (MCMV) the Federal Government. The MCMV is a public policy based on other federal programs by public and private funds, it has maintained public housing construction promise for low-income families (families receiving income up to one minimum wage R \$ 788.00). From rules imposed by the program, people can have their houses or apartments, paying the minimum each month (R \$ 80.00), depending on your income. It is in order to discover the meanings of home ownership that this research aims. The main results were found two categories in which we name as the Meanings of Homeownership, this emerged two other subcategories that are (not being the "Owner" of My House and this house is my (imaginary)). As second and final category, we name as the crisis in Brazil or Brazil in Crisis. With this research we found that the beneficiaries of Residential Living Well "dream" with this new home, whether to escape the rent or own a bit of comfort, safety and habitability. Thus, it is also necessary to think of Public Policy to ensure the community's social rights, reinforcing with them ways to take ownership of this knowledge, thus claiming their rights to housing.

Key words: Social Representations, Housing, Homeownership, Minha Casa Minha Vida.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. METODOLOGIA..... | 14 |
| 2.1 Campo de pesquisa e público-alvo..... | 14 |
| 2.2 Participantes | 14 |
| 2.3 Procedimentos para Coleta de Dados..... | 15 |
| 2.4 Procedimentos para Análise de Dados | 15 |
| 2.5 Procedimentos Éticos | 16 |
| 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 17 |
| 3.1 Contextualização Histórica da Habitação no Brasil..... | 17 |
| 3.2 Projeto Moradia e Projeto Minha Casa Minha Vida..... | 22 |
| 3.2.1 Projeto Moradia | 22 |
| 3.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida | 24 |
| 3.3 As Representações Sociais e a Casa Própria..... | 27 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 30 |
| 4.1 Perfil dos Beneficiários do Residencial Viver Bem..... | 30 |
| 4.2 Equipamentos Sociais do Residencial Viver Bem | 38 |
| 4.3 As Representações Sociais da Casa Própria..... | 40 |
| 4.4 SIGNIFICADO DA CASA PRÓPRIA | 41 |
| 4.4.1 Não ser “Dono” da Minha Casa | 41 |
| 4.4.2 Ser Dono Da Minha Casa..... | 45 |
| 4.4.3 Crise no Brasil, crise no Residencial..... | 48 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 52 |
| REFERENCIAS | 54 |

TABELAS

TABELA 1: Equipamentos Sociais existentes nas abrangências do Residencial Viver Bem

TABELA 2: Equipamentos alimentares e nutricionais existentes nas abrangências do Residencial Viver Bem

TABELA 3: Equipamentos sociais de educação existentes nas abrangências do Residencial Viver Bem.....

TABELA 4: Equipamentos sociais de saúde existentes nas abrangências do Residencial Viver Bem.....

GRÁFICOS

GRÁFICO I: Faixa etária de acordo com gênero.....

GRÁFICO II: Deficiência física ou mental dos titulares juntamente com os demais familiares.....

GRÁFICO III: Etnia dos Titulares do residencial.....

GRÁFICO IV: Renda familiar dos moradores do Residencial Viver Bem.....

GRÁFICO V: Situação de trabalho formal do grupo familiar do Residencial Viver Bem

GRÁFICO VI: Situação de trabalho Informal do grupo familiar.....

GRÁFICO VII: Bairros onde os moradores residiam.....

1. INTRODUÇÃO

Ainda existe em no nosso país muitas pessoas que não possuem morada fixa, moram em lugares cedidos ou em alugueis sociais. Devido às migrações pela provável busca de uma carreira profissional, muitos deixam a vida do campo, vindo nas cidades um lugar próspero. Há inúmeros fatores para que isso ocorra, um deles é a falta de recursos financeiros que se torna um empecilho para que se possa adquirir um imóvel. Por essa razão, muitas pessoas constroem casebres nas encostas, se aglomeram em morros, vivendo com o mínimo, em condições desumanas de sobrevivência. Pensando nessa realidade é que se justificam os objetivos da presente pesquisa: identificar quais são os significados da casa própria para os moradores do Residencial Viver Bem, na cidade de Santa Cruz do Sul. Para alcançarmos esse objetivo, lançamos mão da teoria das representações sociais que se propõe a identificar os significados, pensamentos que dão sentido ao nosso cotidiano.

As representações sociais podem ser captadas através dos sujeitos sociais, o seja, um indivíduo inserido em uma comunidade, mas que não perde sua própria subjetividade. Este, não se torna um indivíduo isolado, mas sim parte de um todo. As representações sociais são em suma um estudo dos saberes gerados no senso comum, que dão novos sentidos à realidade.

O método utilizado no estudo foi o híbrido, quanti-qualitativo. Em sua parte quantitativa, foi realizada uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos moradores do Residencial Viver Bem. A pesquisa quantitativa tem como premissa, quantificar os dados sócio demográficos dos moradores que irão ocupar o residencial (DUARTE, 2015). Para desvendarmos as representações sociais, foi utilizada a pesquisa qualitativa, que pode ser traduzida por aquilo que não é mensurável, indissociando a realidade do sujeito. Desta forma, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração sua subjetividade e suas particularidades. Tais pormenores não podem ser quantificáveis. Para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo prescrita por Bardin, que trabalha com as falas e discursos como um meio de expressão do sujeito, classificando e categorizando o agrupamento de falas que revelam o saberes compartilhados dos moradores do Residencial Viver Bem sobre a aquisição da casa própria (CAREGNATO e MUTTI, 2006).

Os sujeitos dessa pesquisa são moradores advindos de diversos bairros de Santa Cruz do Sul, que compõem o complexo habitacional chamado Residencial Viver Bem. Esse residencial foi financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

O PMCMV objetivou-se em diminuir o déficit habitacional no País. Neste sentido, o Governo Federal tem como propósito atender a população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais, garantindo desta forma, moradia digna com o mínimo de sustentabilidade, segurança e habitabilidade. O programa financia o imóvel direto para pessoa ou para entidade jurídica responsável, que nesse caso pode vir a ser a prefeitura do município (BRASIL, 2007).

Para que seja viabilizada a construção das casas ou apartamentos são estabelecidas algumas regras, como por exemplo, o indivíduo deve ter renda mensal de 0 a 03 salários mínimos, de 03 a 06 salários mínimos e de 06 a 10 salários mínimos, sendo a população com maior probabilidade de ser atingida pelo programa são as com renda de até três salários. Essa soma é total para o PMCMV, porém para outros programas sociais, essa renda passa a ser per capita, ou seja, o salario mensal é dividido pelos integrantes da família (BRASIL, 2007).

O Residencial Viver Bem (anexo III) está localizado na Rua Victor Frederico Baumhardt, s/n, Bairro Dona Carlota, zona Sul da cidade. As famílias beneficiadas para morar no residencial terão a oportunidade de adquirir uma casa regularizada e no caso de Pessoas com Deficiência (PCD) e Idosos, a casa poderá ser adaptada á suas necessidades. Desse modo, foram planejadas e construídas 922 casas em uma área de 403.104,62m², sendo 146 unidades individuais, 776 unidades geminadas e no restante, 28 unidades adaptadas para Pessoas com Deficiências (PCDs).

Para fazer parte desse residencial, houve um processo de ajustes aos requisitos do Programa Minha Casa Minha Vida como: a inclusão de pessoas com deficiências e Idosos, mulheres chefes de família, consideradas como provedoras da família diante da ausência de um cônjuge, grupos que residam em área de risco ou insalubre, morar há mais de dois anos em Santa Cruz do Sul e não ter sido beneficiado em nenhum outro programa habitacional, entre outros. Assim, foram selecionadas, agrupadas e reunidas 922 famílias, que dividirão o mesmo espaço, como parte dessa conjuntura. Há um Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS vinculado à prefeitura e a Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC com o intuito de valorização e pertencimento dessas novas moradas.

O Projeto de Trabalho técnico Social - PTTS visa preparar esses beneficiários para a ocupação e permanência desses imóveis, gerando com isso mais sustentabilidade, incentivando essa população ao cuidado e respeito o lugar onde irão morar. O projeto está comprometido em varias atividades com esse público, que os farão pensar sobre meio ambiente, condições de saúde adequadas, contribuindo para a aquisição não somente das novas moradas, mas sim do resgate da autonomia e da responsabilidade social.

A partir da reflexão sobre o cenário habitacional, a conquista da casa própria pode trazer consigo um grande arcabouço simbólico e sua concretização pode representar, para as pessoas que antes não possuíam uma situação habitacional estável, a conquista da cidadania. Nesse sentido, pretendeu-se captar as representações sociais dos beneficiários e futuros moradores do residencial que possibilitará o entendimento compartilhado acerca de suas ideias, afetos e significados dessa realidade vivida que é a conquista da casa própria (ARAUJO, 2005).

2. METODOLOGIA

2.1 Campo de pesquisa e público-alvo

O campo de pesquisa onde foi realizado o presente estudo se deu através do Projeto Trabalho Técnico Social - PTTS, no qual foram entrevistados alguns moradores Residencial Viver Bem, no município de Santa Cruz do Sul. O residencial comporta na sua estrutura, aproximadamente, quatro mil moradores advindos de diversos bairros periféricos da cidade. A escolha do lugar da pesquisa se deu a partir das experiências da pesquisadora no Núcleo de Ação Comunitária (NAC), que se encontra inserido na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Enquanto trabalhadora do NAC, a pesquisadora desenvolve um papel de auxiliar administrativo ajudando na construção do PTTS que já vem sendo realizado, voltado para a adaptação dos moradores às casas, além da vinculação com as novas vizinhanças. Também, são trabalhados os sentimentos relacionados ao pertencimento, cidadania e dignidade desses moradores.

Deste modo, o Residencial Viver Bem conta com o apoio técnico social que se compromete em prestar auxílio aos moradores de todas as ruas principais e transversais do residencial que são: Rua Abrelino Pedroso, Rua Erva Mate, Rua Timbó, Rua Araçá, Rua Violeta, Rua Primavera, Rua Alfazema e Rua Girassol, situadas na cidade de Santa Cruz do Sul. O terreno total se divide entre casas geminadas, residências que fazem divisa com outras e casas individuais. Tem na sua extensão praças para lazer e um espaço público chamado de Centro de Convivência que, dará aos moradores uma oportunidade de se conhecerem, usando esse espaço para projetos sociais que visam o entretenimento da comunidade assim como, o aprendizado para as crianças.

2.2 Participantes

Fizeram parte dessa pesquisa dez moradores do Residencial Viver Bem, que foram contatados através de ligações telefônicas com o intuito de convidá-los para a participação na pesquisa. As entrevistas foram agendadas com dia e hora marcada que melhor se adaptasse ao

morador, sendo utilizado um questionário (anexo I) com perguntas norteadoras e com auxílio de um gravador para a coleta de dados.

2.3 Procedimentos para Coleta de Dados

A pesquisa foi dividida em duas partes: uma quantitativa, onde traçamos o perfil socioeconômico dos moradores do Residencial Viver Bem, em que consta a faixa etária do titular da residência, a etnia dos titulares, a renda familiar, a situação de trabalho formal e informal do grupo familiar e o bairro de onde esses moradores vieram. Na outra parte, qualitativa, foi realizado um questionário semi-dirigido de forma individual, que norteou as condições de moradia anteriores ao ingresso no Programa Minha Casa Minha Vida, o significado da aquisição da casa própria e as expectativas dos moradores sobre o residencial.

Neste sentido, as entrevistas individuais tiveram por objetivo identificar as representações sociais sobre a aquisição da casa própria, seus significados e sobre o que pensavam sobre futuro no residencial. Esta forma de coleta de dados está diretamente voltada aos participantes que, através dos seus relatos, experiências ou percepções falam sobre os significados em torno do tema proposto da pesquisa, gerando com isso novas hipóteses, sentidos e significados não aprofundados anteriormente. Assim, o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos e obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representações dos participantes.

2.4 Procedimentos para Análise de Dados

Para análise dos dados, escolhemos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). A análise do conteúdo (AC) surgiu no início do século XX para analisar materiais jornalísticos. Desde então é utilizada para análises de dados em pesquisas quantitativas e qualitativas. Para a AC a expressão do sujeito se dá através do texto, das frases, onde a partir de estímulos feitos pela pesquisadora, é possível categorizar o que emergiu das entrevistas, inferindo uma expressão que as representem, ou seja, a análise de conteúdo costuma ser feita através de dedução, frequências de palavras e categorizadas tematicamente (CAREGNATO E MUTTI, 2006).

A análise por categorias temáticas tenta encontrar uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que lhe estão ligados. Codificar ou caracterizar um segmento é colocá-lo em uma das classes de equivalências definidas, a partir das significações (CAREGNATO E MUTTI, 2006 p. 683).

A partir dessa premissa, as técnicas utilizadas pela AC podem ser divididas em três etapas que consistem em: 1) pré-análise; 2) exploração do material, e 3) tratamento dos resultados. A primeira refere-se à organização do material transcritos e transformados em texto, podendo ser utilizado procedimentos como leitura flutuante ou indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa do processo, os dados da pesquisa são codificados e na última etapa, os dados são classificados segundo suas semelhanças e diferenças, sendo reagrupadas as características mais comuns no discurso dos sujeitos (CAREGNATO E MUTTI, 2006).

Na finalização do processo, os pesquisadores fazem a interpretação do material categorizado, à luz de referenciais teóricos utilizados para a realização da pesquisa tais como a teoria das Representações Sociais.

2.5 Procedimentos Éticos

Esta pesquisa iniciou seu processo mediante a aprovação da secretaria de desenvolvimento social e urbano, através do documento assinado pela secretária de habitação, senhora Helena Hermann, assim como a aprovação do comitê de ética em pesquisa da universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). O início da coleta de dados, foi possível mediante a aprovação da Plataforma Brasil, sob o número de protocolo 062912/2015.

Os participantes envolvidos nesta pesquisa não foram expostos a nenhum risco ou constrangimento. Todos foram informados sobre os objetivos da pesquisa, no que consistia sua participação, sobre a gravação das entrevistas, o funcionamento e metodologia da pesquisa. Após esses esclarecimentos, os participantes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II). As entrevistas foram agendadas por meio telefônico em lugar escolhido pelo morador, respeitando seus horários e disponibilidade de participação. O material produzido nos encontros e transcrito para análise de dados, foi de uso exclusivo desta pesquisa e arquivado pela professora responsável pela orientação do estudo em local adequado à manutenção do sigilo das identidades dos participantes.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Contextualização Histórica da Habitação no Brasil

Contextualizar a história da habitação no Brasil é de grande importância para o entendimento dinâmico do significado da moradia. A exposição do tema social e urbano no nosso país sempre foi complexa, tendo ênfase após alguns movimentos sociais que demonstraram os desgostos e desapontamentos frente às situações governamentais vigentes nos anos 70, 80 e 90. A demanda pela falta de moradia fez surgir esses movimentos populares e com eles, um olhar político para a habitação. Ao longo das décadas dos governos passados, tentou-se moldar o que temos hoje como Política Nacional de Habitação. Essa ideia não surgiu do nada, mas foi composta ano após ano, com os erros dos governos anteriores (ARAÚJO, 2005).

Iniciamos abordando a origem da habitação na República Velha, onde através do êxodo rural, as famílias começaram a explorar outros lugares urbanizando assim os pequenos vilarejos. Por conta do aumento populacional alguns começaram a lucrar com o ramo imobiliário, passando a alugar ou vender casas com muito mais facilidade que anteriormente (BOTEGA, 2008).

Nessa época, as ordens da Política Urbana da República Velha estavam voltadas para o embelezamento das cidades, a fim de trazer mais investimentos para aquelas regiões. A primeira cidade a fazer parte da política foi o Rio de Janeiro, passando por inúmeras reformas, sendo considerada uma cidade modelo, inspirada nas cidades de outros países, passando uma visão de progresso e modernidade passível de investimentos estrangeiros (BOTEGA, 2008).

Somente no ano de 1946 foi criado um órgão que centralizasse a Política Habitacional, que ocorreu no governo do General Eurico Gaspar Dutra, quando foi criada então a Fundação da Casa Popular. Com o passar de dezoito anos da criação dessa fundação, após o Golpe Militar em 1964, o novo governo cria então o Sistema Financeiro de Habitação juntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH). O objetivo desse programa foi a estimulação da aquisição da casa própria, financiando a moradia para as classes baixas (BOTEGA, 2008).

Quando criaram o Banco Nacional de Habitação foi injetada na economia mais de um bilhão de cruzeiros e arrecadava compulsoriamente 1% da folha de pagamento dos trabalhadores, causando com isso inúmeros problemas no governo do Presidente Castelo

Branco, pois infringia as leis trabalhistas. Logo após o seu mandato, seu sucessor Artur da Costa e Silva em 1967, conseguiu fazer com que o Banco Nacional de Habitação (BNH) recebesse os Depósitos por Tempo de Serviço, fazendo assim que o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tivesse sua importância elevada novamente.

O Banco Nacional de Habitação-BNH financiou casas para várias camadas populares e como as arrecadações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estavam sendo aplicados para as pessoas que recebiam até doze salários mínimos, ou seja, favorecia a classe média e média/alta e com isso passou a ser investigada. Com a crise que abateu o Brasil da década de 80 e com os juros beirando os 100%, os níveis de inadimplência batendo recordes, o BNH veio a ser extinto (BRASIL, 2004).

O decreto de extinção do BNH foi assinado pelo Presidente da época José Sarney. Varias tentativas de tentar diminuir esse déficit foi criado, a começar pela substituição do BNH pela Caixa Econômica Federal fazendo com que, na época, o tema habitação virasse apenas mais um setor político, pois a Caixa não estava habituada a tratar de assuntos habitacionais. Entre os anos de 1985 a 1990, foram criados e extintos vários programas voltados à casa própria. Dentre esses, estavam alguns programas falidos como: o Programa Companhias Estaduais de Habitação (COHAB's) que foi o que se aproximou com o que temos atualmente, distribuindo casas populares os trabalhadores de até três salários mínimos (BOTEGA, 2008).

Na era Collor (1990-1992), houve inúmeros acontecimentos que fizeram esse governo permanecer no comando somente por dois anos, um desses motivos foi o confisco das cadernetas de poupança e do FGTS, que comprometeu a política habitacional. O Estado recuou com essa ação e o que imperava na aquisição da casa própria, eram as leis de mercado que só beneficiavam uma pequena parcela da população.

O referido governo apresentou poucas mudanças expressivas que mesmo sendo remotas, eram sentidas pelos trabalhadores. Desse modo, lança então o Plano de Ação Imediata para a Habitação, sobre um novo Ministério da Ação Social. Nesse plano, consistia na construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, por meio da contratação de empreiteiras privadas, objetivo este que não se concretizou (RIBEIRO 2007).

O sucessor na presidência, Itamar Franco, fez sua contribuição com a habitação lançando o programa “Programa Habitar Brasil” voltado para municípios com mais de 50 mil habitantes e o “Programa Morar Município” para os municípios menores do que cinquenta mil habitantes. Foi o primeiro governo que destinou um fundo somente para a habitação, porém

teve pouca efetivação devido à dicotomia entre os Estados com maiores e menores números de habitantes (RIBEIRO, 2007).

No governo do Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-1998) os movimentos pela moradia acabaram sendo calados e de forma autoritária, foi excluída a participação popular. Foi um governo que acabou exonerando algumas secretarias falidas e executando outras durante sua gestão. Nessa mesma década, as ações populares conseguiram assinatura de um milhão de eleitores e junto à constituição de 1988, apresentaram um projeto de lei que beneficiasse os empobrecidos das classes subalternas. A população se uniu para pedir o Projeto da Política Nacional de Habitação.

O projeto continha a concepção de um sistema descentralizado e democrático, em que Estados e Municípios também deveriam constituir seus próprios Fundos de Moradia a serem geridos por Conselhos, com a participação popular. Para utilizar os recursos destes fundos, Estados e Municípios deveriam desenvolver programas de habitação de interesse social tendo como agentes promotores: a) As organizações comunitárias; b) As associações de moradores e c) As cooperativas habitacionais populares ou sindicatos. A população beneficiária seria aquela que vive em condições precárias de habitabilidade, em favelas, loteamentos clandestinos ou cortiços. (RIBEIRO 2007, p.5).

Com a população pedindo por mudanças, o governo FHC assume o compromisso e lança as cartas de créditos beneficiando o morador, assim como iniciativas de créditos para os Estados e municípios, ganhando assim mais quatro anos no poder. Seu mandato foi de (1999-2002). O setor habitacional passa a receber financiamento internacional já que o Brasil estava sendo muito bem visto na Europa e outros Países (RIBEIRO, 2007).

Nas sucessões presidenciais, o próximo a ocupar o lugar de maior poder de um país foi o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula. Seu governo perpetuou por exatos oito anos (2003 a 2011). O presidente de origem humilde, metalúrgico e engajado nas lutas sociais trouxe para o País um olhar para aqueles cuja renda era baixa, cuja morada era precária e cuja alimentação era escassa (NAIME, 2010).

O setor habitacional tornou Política Pública o que antes eram políticas estaduais e municipais. Criou o Programa de Aceleração e Crescimento – PAC, que é um plano do Governo Federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura como: portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, possibilitando através dessas verbas também a construções de alguns complexos habitacionais (NAIME, 2010).

No governo Lula também foi implementado o Ministério das Cidades, o qual aprovou a lei federal nº 10.683 de 2003, agrupando vários setores como: as áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e mobilidade. Outras duas Leis Federais na área da habitação, criadas no referido governo merecem destaque para a habitação são as Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que sancionam o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) com o intuito de centralização dos programas e projetos destinados a habitabilidade, e a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, cuja funcionalidade é assegurar as famílias com renda de até três salários mínimos a possibilidades de uma morada justa e digna (BRASIL, 2008a).

Percebe-se que o governo Lula deu maior ênfase para questões sociais, gerando programas voltados à superação da desigualdade social. Também, o programa da habitação foi gerado para possibilitar a moradia para pessoas com baixa renda. É notório que entre alguns governos passados que tentaram reduzir o déficit habitacional, o que mais se aproximou para uma dissolução foi o governo do ex-presidente Lula, através do Conselho das Cidades. Este que, tem como propósito descentralizar alguns órgão governamentais, possibilitando assim, que o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades, conseguissem abranger e integrar as áreas de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte como peça fundamental do desenvolvimento urbano. A criação do ministério da Cidade possibilitou o investimento para os estudos e pesquisas para mapear, melhorar e dimensionar as questões habitacionais do Brasil (BRASIL, 2010).

Através da Política Nacional de Habitação – PNH instaurada pelo Ministério das Cidades em 2003, apresentou vários instrumentos criados para viabilizar sua implantação e efetividade. Dentre esses instrumentos destacam-se: o Sistema Nacional de Habitação – SNH, o Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação e o Plano Nacional de Habitação. Os subsídios para o enfrentamento do déficit habitacional via Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS referem-se à articulação dos recursos previsto no Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS), assim como nos Fundos Estaduais e Municipais (BRASIL, 2010). Desse empenho governamental para diminuir a desigualdade e para alocar a população, criaram-se Leis Federativas para diminuir a disparidade social e oportunizar as famílias de baixa renda à construção de sua moradia.

O SNHIS foi criado com iniciativa popular, por ser um sistema nacional é descentralizado e democrático e também unifica as políticas de habitação social, fomentando a produção de habitações de qualidade para população de baixa renda, promove ações conjuntas

com diversos agentes promotores. Tem como princípio a gestão compartilhada, conta com apoio democrático para proporcionar uma moradia digna como propõe o direito constitucional brasileiro (BRASIL, 2007).

Para a execução da Política Nacional de Habitação e Interesse Social foi preciso a criação de um conselho gestor, promovido pela sociedade civil e pela administração pública vinculada ao Conselho das Cidades e Ministério das Cidades. Isso fez com que os Estados e Municípios se adaptassem a essa nova estrutura à fim de criar seus próprios planos, visando à realidade de seus municípios sobre o seus déficits habitacionais para poder ter acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (BRASIL, 2007).

O FNHIS nada mais é do que subsídios das esferas governamentais (União, Estados e Municípios), para ações em habitação. O fundo tem como premissa direcionar o atendimento para as famílias de baixa renda, podendo ser destinado para compra, melhorias e reformas da casa própria, assim como para a aquisição de material de construção, recuperação de imóveis, urbanização, na aquisição de equipamentos comunitários, entre outros. Para os municípios que pretendem receber esse fundo, devem cumprir alguns requisitos prescritos pela União (BRASIL, 2012).

Para cumprir esses requisitos houve a necessidade de criar o Fundo Local de Habitação de Interesse Social – FLHIS, que é o fundo municipal que vai prever a destinação dos recursos. O município deve obrigatoriamente elaborar um plano destinando os recursos, a fim de sanar com o déficit habitacional. A elaboração do FLHIS é de obrigação do município e pode ser feita de forma completa ou simplificada, porém deverá constar no preenchimento que o município não fora contemplado anteriormente com esse recurso, ter ingressado no SNHIS e ter uma quantidade específica de números de habitantes. Esse levantamento de dados se torna imprescindível para que se tenha um diagnóstico sobre o déficit e coloca o município a frente do seu déficit habitacional. Da mesma maneira, abrange os diferentes tipos de inadequação habitacional, considerando as características ambientais, urbanas, sociais e fundiárias (BRASIL, 2012).

A segunda lei referente às questões habitacionais é a Política Habitacional, Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, cuja relevância se dá no corpo da própria lei. Ela refere que famílias de baixa renda, com renda mensal de até três salários mínimos, tenham direitos a serem assistidas de forma técnica na construção de um projeto de habitação. (BRASIL, 2008b). A lei também regulamenta o direito dos cidadãos no âmbito da casa própria, propiciando aqueles cuja renda é baixa, na aquisição de seu patrimônio imobiliário.

A Política Nacional de Habitação, assim como suas ramificações, só fazem sentido porque atrás delas deve haver algo maior que é a importância dos cidadãos. Do mesmo modo, a política tem o intuito de possibilitar o acesso ao direito constitucional da habitação a todos os cidadãos brasileiros (BRASIL, 2012).

Assim, o Governo Federal criou programas habitacionais para por em prática o que a lei garante como direito. O Projeto Moradia que se adequou no Programa Minha Casa Minha Vida, traz um avanço histórico na habitação no país. No capítulo que segue será apresentado um recorte do Projeto Moradia e do Projeto Minha Casa Minha Vida.

3.2 Projeto Moradia e Projeto Minha Casa Minha Vida

3.2.1 Projeto Moradia

O Projeto Moradia foi uma criação de várias esferas do governo com o intuito de acabar com o déficit habitacional. Desde o início do projeto, pensou-se em montar uma estratégia onde o governo, as ONGs, a universidade, as comunidades e os movimentos sociais fossem coautores desse projeto. Desse modo, não fixou o poder somente em uma esfera governamental, mas em vários seguimentos da sociedade para propor melhorias para o setor habitacional que estava muito fragilizado (BONDUKI, 2015).

O projeto conduziu-se em escutar alguns especialistas no tema da habitação, alguns militantes das lutas habitacionais e administradores públicos com o intuito de dar diferentes pontos de vista para a habitação, assunto esse que por inúmeras vezes, não obteve êxito nos governos passados. As reuniões eram norteadas por algumas questões, por exemplo: Como esse projeto funcionaria? Com que tipo de subsídios? Quais as fontes de financiamento seriam utilizadas para não mexer nas cargas tributárias? Como se daria conta do tamanho do rombo habitacional que assolava nosso país? (BONDUKI, 2015).

A partir desses questionamentos, o financiamento foi sempre o grande gargalho depois do período do regime militar. O país buscou subsídios em diversos setores, tirando de um lugar para colocar em outros, substituindo verbas e arrecadando mais impostos. O Brasil que já se valia de recursos vindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de muitos outros governos e vendo que as taxas de crescimento anual eram altas, decidiu unificar as esferas governamentais, criando assim um fundo de subsídios que, incluía a União os Estados e os Municípios, globalizando essas esferas estariam consubstanciando a habitação no país.

Como órgão financiador, a Caixa Econômica Federal passou a compor seus financiamentos habitacionais com muito mais rigor, tendo em vista os ocorridos de um

passado longínquo. Desse modo, adotou critérios que em primeiro plano, afastaria a população de baixa renda a adquirir a sua morada, devido às taxas de juros altas e a indisponibilidade de parcelamento em mais tempo. Foi pensando nessa população de baixa renda, que as esferas do governo, (União, Estado e Municípios) planejaram a criação de um fundo aval, ou seja, um recurso extra, que fornecesse garantias ao financiador (Caixa), que os retornos voltariam aos cofres (BONDUKI, 2015).

Para que o projeto corresse como o esperado, foram pensadas estratégias a fim de centralizar as questões habitacionais, como a criação do Ministério das Cidades do qual faria parte a área de habitação, saneamento, transportes urbanos e política de ordenação territorial. O intuito desse Ministério era planejar, articular e executar ações urbanas em todo o país, estruturando desta forma o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e elaborando o Plano Nacional de Habitação (PNH). Da mesma forma, cada município deveria se organizar para implementar caso ainda não o tivesse feito, secretarias do desenvolvimento urbano para dar conta dessas questões habitacionais mais perto da sua realidade. Com a criação do Fundo Nacional de Moradia (FNM), os recursos eram distribuídos e repassados da União para as outras esferas, fazendo com que o dinheiro circulasse, girando a economia do país (MOREIRA e LEME, 2011).

A lógica do Projeto Moradia estava baseada na aproximação ou redução da diferença entre os valores de financiamento e a capacidade de pagamento da população, visando a diminuir o investimento global, a fim de equacionar problemas e recursos orçamentários para atender a população mais pobre. (BONDUKI, 2015, p 95). Desta forma, o Projeto Moradia partiu de uma premissa de que moradia significaria garantir o direito à cidade, direitos à dignidade, sendo que esses, só poderiam ser cumpridos ao ser oferecidos um meio para tais ações, que seria o acesso à moradia digna.

Foi no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o Ministério das Cidades se consolidou e no qual se formulou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que engloba todas as políticas ligadas à cidade. Assim, foi preenchido um espaço em aberto na história da habitação do país (MOREIRA e LEME, 2011). Um dos marcos históricos dessa empreitada em busca da moradia digna foram às conferências no ano de 2003, onde se estabeleceu uma linha de horizontalidade entre população e o governo, fazendo com que as contribuições e opiniões partissem de todos. Desse feito, reuniram-se 3.457 municípios brasileiros, elegeram assim delegados para representa-los na Conferência Nacional de Habitação, fazendo-se presente nessas conferências além do poder público, os movimentos sociais, as entidades empresariais, os sindicatos, as universidades, as associações dos

profissionais, as concessionárias dos serviços públicos, as entidades não governamentais, assim como as ONGS e os institutos de pesquisas (MOREIRA e LEME, 2011).

O projeto moradia tinha como premissa a captação de fundos, ou seja, recursos que viabilizasse a população a conquista da casa própria, como algumas esferas do governo Lula espelhavam-se ainda na economia do governo do FHC. Com os juros mais elevados a aquisição da casa própria acabava sendo deixada de lado, ou sendo conquistada pela população com mais recursos financeiros. Ao repensarmos toda a história habitacional, podemos perceber a crescente melhora no quadro de moradias do Brasil, muito embora o projeto moradia tenha se dissipado. A partir dele, pode-se pensar em outros tantos programas e políticas ligadas à habitação (BONDUKI, 2015).

Em conjunto ao Projeto Moradia, outro programa que está fazendo com que milhões de pessoas conquistem sua moradia é o Programa Minha Casa Minha Vida. Trata-se de uma Política Pública que, devido aos juros baixíssimos, possibilitaram à população a financiarem um imóvel, comprometendo apenas 10% da renda mensal.

3.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se mostrou muito eficiente desde sua criação em 2009, pois foi através desse programa que a população com baixa renda e com problemas com restrições nos serviços de crédito como: Serasa e ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC pudessem, de fato, financiar sua casa. A finalidade principal é o financiamento da casa própria, reduzindo desta forma o déficit habitacional, urbano e rural, já que o programa visa atender tanto áreas urbanas quanto localidades rurais, financiando desta forma a casa, terreno e empreiteira (BRASIL, 2007).

O PMCMV está atualmente na sua segunda fase, tendo realizado na primeira fase significativas mudanças no setor habitacional, possibilitando à população direitos constitucionais para a aquisição de casa própria. Nessa nova fase que iniciou em 2010, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC foi incluído, ejetando bilhões de reais em novos financiamentos tendo como meta o prazo de quatro anos (BRASIL, 2007).

Em seu início, o programa foi estabelecido em duas fases de créditos. A primeira foi a da implementação de moradia para a população com renda de até dez salários mínimos. Na segunda fase, houve um ajuste na renda, na qual se priorizou famílias com renda mensal de até três salários mínimos. No primeiro momento do programa, foram distribuídos recursos por regiões, onde o déficit habitacional eram maiores, sendo que 39% foram para o Sudeste; 30%

para o Nordeste; 11% para o Sul; 12% para o Norte; e 8% para o Centro-Oeste (BRASIL, 2012).

Até agora o programa sofreu ajustes nas porções de renda para poder abranger as populações mais carentes, fixando assim faixas de renda para essas famílias. A primeira faixa era para famílias com renda até três salários mínimos a segunda faixa para famílias com renda mediana, ou seja, famílias que recebiam mais de três salários. Há ainda uma terceira faixa para famílias com renda de até seis salários mínimos, além das famílias da zona rural. Esses recursos para tais financiamentos vinham do Orçamento Geral da União (OGU) que é formado pelo Orçamento Fiscal da Seguridade e pelo Orçamento de Investimento das empresas Estatais e também pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (BRASIL, 2007).

Do ano de 2009 com a sua criação até o ano de 2013, o PMCMV já entregou mais de dois milhões de unidades habitacionais, sendo um milhão na primeira fase e mais de um milhão na segunda fase do programa. No PMCMV existem alguns desdobramentos, como por exemplo, financiamentos através das prefeituras, por meio do Cadastro Único (CadÚnico), que permite que ao usuário inúmeros benefícios sociais. Com o Cadastro Único é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Também é possível através desse programa, financiamentos direto com a Caixa Econômica Federal ou em cooperativas, com as cartas de crédito ou ainda com as prefeituras dos municípios.

Quando a modalidade do financiamento for para residências ou apartamentos, as moradias são padronizadas. Há uma parceria entre as prefeituras, a Caixa Econômica e entidades não governamentais para um trabalho social com as famílias. O intuito desse trabalho social é garantir ao morador autonomia e pertencimento à nova moradia. Ressalta-se ainda que, para tais empreendimentos, é preciso que haja uma infraestrutura urbana básica, com ruas pavimentadas, redes de esgoto e de energia, assim como equipamentos sociais, como: como, escolas, mercados, igrejas, entre outros (REIS. 2013). O financiamento tem um prazo bem extenso para ser quitado, e não pode comprometer mais que 10% da renda familiar, fixando assim pagamentos mínimos, dependendo da renda do titular do imóvel.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi regulamentada pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, cujos critérios foram especificados da seguinte forma:

Art 6º Na atualização dos valores adotados como parâmetros de renda familiar estabelecidos nesta Lei deverão ser observados os seguintes critérios:

I - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 10 (dez) salários mínimos.

II - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 6 (seis) salários mínimos.

III - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar três salários mínimos (BRASIL, 2009).

Como mostra o Art 6º da Lei do Programa Minha Casa Minha Vida, para obter o financiamento com a organizadora Caixa Econômica Federal é necessário seguir alguns critérios como os de renda familiar. A prefeitura que adere a esse financiamento deverá estar com o levantamento de seu déficit habitacional atualizado, deverá ter se inscrito no SNHIS e terá também que assinar um termo de adesão junto a Caixa. Depois disso, o órgão financiador se responsabilizará de receber propostas de terrenos ou ocupações já existentes para análise. Após analisadas as propostas, as equipes de construção civil são contratadas mediante uma lista de exigências (BRASIL, 2007).

O número de unidades habitacionais depende do tamanho da área disponível para o projeto, limitando sempre que possível em 500 unidades. Quando em forma de condomínios o limite seria de 300 unidades. As unidades habitacionais se apresentam a partir de casas térreas ou apartamentos. No caso dos apartamentos, estipula-se que contenha dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, apresentando assim 37m² internamente, de acessibilidade área mínima de 39m². Para as casas, estipula-se dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, apresentando desta forma 32m² no interior da residência e na área externa área mínima de 36m².

Para que o morador possa ser selecionado para participar do PMCMV é preciso preencher algumas condicionalidades, como por exemplo, não ter sido beneficiado anteriormente em programas de habitação social do governo, não possuir casa própria e estar enquadrado nas faixas de renda que o programa estipula. O pagamento das parcelas não poderá ultrapassar 10% da renda durante dez anos, com prestação mínima de R\$80,00. Outra regra estipulada é a isenção de pagamentos antes da entrega do imóvel, ou seja, não são aceitos pagamentos de qualquer valor como “entrada do imóvel”. O beneficiário somente começará a pagar pela casa adquirida, posterior a assinatura do contrato e a entrega da casa. Lembrando que o número de prestações é igualmente estabelecido conforme renda, sendo 36 vezes a mais alta (BRASIL, 2007).

3.3 As Representações Sociais e a Casa Própria

Os significados da moradia englobam varias dimensões, sejam elas físicas, ambientais, econômicas ou psicossociais que, por sua vez vão determinar esses significados. Sendo a residência um local fixo onde o homem busca o eixo de sua vida, problematizamos nesse capítulo as questões de habitação, coabitação e de significados que englobam todo o simbolismo de ter um imóvel próprio.

No contexto habitacional, não se estuda nada isoladamente. Partimos sempre de um contexto multifacetado, pois não nos constituímos sozinhos. Somos atravessados pela cultura, pelo convívio social e por vezes, pelos sabores que passam em nossas vidas. (ARAÚJO, 2005).

A moradia pode trazer consigo um grande significado. Pode-se destacar o sentimento de pertencimento, de autonomia e de liderança relacionado à moradia própria. Na dinâmica das relações sociais que embasam nossa história enquanto humanidade, os significados que o nome “casa” carrega consigo, remete ao simbolismo de posse, de mercadoria, de bem de consumo. Nesse sentido, a falta de moradia é substituída por moedas, o que configura a sociedade desigual que vivemos. Por outro lado, as Políticas Públicas existentes ainda são escassas quanto à garantia de nossos direitos enquanto cidadãos (NÓBREGA, 2009).

De qualquer maneira, as políticas de habitação de um modo geral, têm concedido à população a possibilidade de sonhar com a casa própria, oportunizando àqueles cuja renda é baixa ter um “lugar para chamar de seu”. No que tange ao simbolismo em torno da moradia, podemos nos referir às representações sociais, ou seja, os significados que a moradia carrega consigo. Entendemos aqui representação social segundo Sá (1996), citando Moscovici (1981, p. 181) como:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas da vida cotidiana no curso da comunicação interpessoal. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; pode também ser vista como aversão contemporânea do senso comum.

O conceito das representações sociais tem suas raízes nas teorias durkheimianas, onde Moscovici (1983) nomeia as representações sociais como estruturas psicológicas que produzem conhecimento. Desta premissa, as representações sociais são construídas considerando a imagem de um objeto e a experiência obtida por esse encontro, ou seja, cada indivíduo é cercado com uma infinidade de palavras, imagens e ideias que penetram em suas mentes. Dessa forma, as representações sociais podem fazer a relação das imagens com as ideias e com cada ideia, uma imagem da forma. Assim, as representações sociais se organizam

em seus pressupostos básicos ao redor da complexidade do mundo social e propositadamente abandona o ‘microscópio’, pois não interessam as células e os genes, mas os seres humanos no contexto mais amplo das relações sociais (REIS e BELLINI, 2011).

Podemos dizer então que a vida social carrega consigo uma infinidade de representações nominadas como “ideias do senso comum”, ou seja, conhecimentos não comprovados cientificamente, que dão sentido a nossa vida, carregando consigo uma grande significação sociocultural que nos define enquanto comunidade, tornando-nos sujeitos de uma sociedade. O representar não é um processo simples nem fácil, está para além das imagens e sim nos sentidos simbólicos empregados a elas. Haverá sempre a representação de uma coisa (objeto) e de alguém (sujeito), nessa relação de simbolização e significações sociais (REIS e BELLINI, 2011).

Toda representação social é o processo pelo qual o ser humano estabelece em relação entre o mundo e as coisas. É essa relação cognitiva e simbólica que dá sentido a nossa vida, é dessa forma interpretativa que pensamos a realidade cotidiana. Segundo Sêga (2000) o social está em todas as partes: no grupo, na comunidade, nas comunicações que se estabelecem entre elas, na cultura, nos valores e nas ideologias impostas. Em outras palavras, não podemos fugir das representações sociais enquanto estivermos implicados diretamente no tecido social.

Minayo (2012) ao reportar-se aos conhecimentos de Durkeim, ressalta que não existem falsas representações, pois toda e quaisquer manifestação do sujeito é cabível de ser interpretada e simbolizada. Nesse sentido, as representações sociais são manifestadas de muitas formas e devem ser compreendidas no seu sentido total. Ao falarmos de representações sociais, a questão da linguagem se sobressai, sendo esta a forma de conhecimento e interação social.

Ao pensarmos no sujeito, precisamos abordar a questão da linguagem. Ao recordarmos os primórdios, a busca da linguagem como meio de comunicação era feito ainda enquanto bebê. A não formação das palavras faladas era substituída nesse momento por balbucios, emitindo sons que manifestavam seus desejos como: sede, fome, sentimentos de tristeza e apelo ao afeto. Desta forma a o ser humano já nasce com essa habilidade e a linguagem já lhe parece familiar desde o ventre. É também através da linguagem que a representação se faz presente. Quando falamos a palavra “fogo” não é difícil à associação ao próprio fato, porém quando falamos a palavra “eu te odeio” ela vem carregada de sentidos e simbolismo de difícil concretude, pois está no campo do abstrato (SANTOS, 2015).

Ao falar das representações sociais, estamos falando da nossa cultura, das instituições em que estamos inseridos, das práticas sociais, da comunicação interpessoal, ou seja, uma troca constante que fazemos diariamente e que por vezes não nos damos conta. (SÁ, 1998). Desta forma, essa pesquisa só pôde ter seus resultados a partir das representações linguísticas dos beneficiários do Residencial Viver Bem, ou seja, o falar sobre o que significa a casa própria nos mostrou um campo simbólico talvez pouco explorado.

Como ressalta Araújo (2005), todo ser humano tem necessidade de uma moradia, desde a Idade Média. Nossos ancestrais procuravam um lugar para se abrigar e para repouso, que era considerado quase uma extensão do próprio corpo. Neste lugar, onde são impressas as intimidades da família obtemos carinho, cuidado consigo e com o outro. O poder invisível que a moradia exerce em nossas vidas influencia na saúde do sujeito, não somente na saúde física, mas em um processo biopsicossocial.

Assim, o significado da moradia pode representar uma infinidade de simbolismos que influenciam o desenrolar da vida, como: valores, necessidades, proteção e segurança que estão presentes no espaço de morar. A casa significa o pertencimento a um lugar e a identificação com algo que lhe é próprio, conduzindo assim ao sujeito a satisfação em pertencer. (BERGAN, 2005).

Todas essas questões trazem ao tema da “moradia” uma necessidade evidente de aprofundamento científico acerca das representações sociais e o significado da habitabilidade. As representações sociais e simbólicas da moradia ultrapassam a construção da casa em si e podem significar mais que aglomerados de tijolos, portas e janelas. (BERGAN, 2005). Os significados e simbolismos colocados no imóvel próprio foram demonstradas através das falas das pessoas entrevistadas nessa pesquisa. E é isso que Moscovici citado por Sêga (2000) revela: que a necessidade do coletivo, seja pelo resgate de fenômenos múltiplos observados e estudados na coletividade ou pela complexidade individual e psicológica, nos constitui enquanto seres humanos. Desta forma, as representações sociais estudadas nessa pesquisa, propiciam a compreensão simbólica e dos significados que os moradores do Residencial Viver Bem trazem quando aborda-se a questão da moradia. A partir das falas dos sujeitos, foi possível identificar a importância dos aspectos subjetivos ligados à aquisição da casa própria.

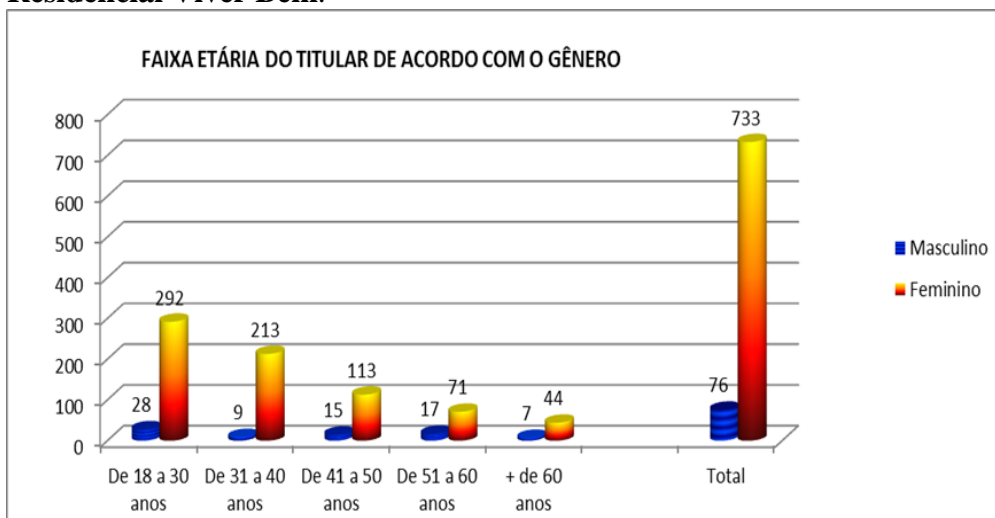
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos Beneficiários do Residencial Viver Bem

Todos os contemplados com uma casa no Residencial Viver Bem passaram, ao longo dos anos 2014 e 2015, por preenchimentos de perfis socioeconômicos. O perfil socioeconômico teve por principal objetivo identificar a realidade de cada beneficiário e planejar ações que pudessem contemplar a todos, respeitando suas especificidades, limitações, qualidades e outras demandas. Esse preenchimento foi realizado pelo Núcleo de Apoio Comunitário – NAC que se localiza na UNISC, sendo ele parte da Universidade. O trabalho técnico social que o NAC realiza com os moradores, faz parte de um contrato feito com a Prefeitura de Santa Cruz do Sul.

Nesses perfis, foram levantados alguns dados como: a faixa etária de acordo com o gênero do titular e quantos titulares junto aos seus familiares possuem algum tipo de deficiência. Foi verificada a etnia dos moradores, assim como foi contabilizada a renda familiar dos titulares e familiares do que irão residir no Residencial Viver Bem. Dando sequencia as tabulações, foram analisadas a situação de trabalho formal e informal do grupo familiar e a disposição demográfica em que eles viviam antes de se inserirem no residencial. Esses dados serão expostos a começar pela faixa etária de acordo com o gênero dos moradores.

Gráfico 1: Faixa etária dos titulares de acordo com o gênero dos beneficiários do Residencial Viver Bem.



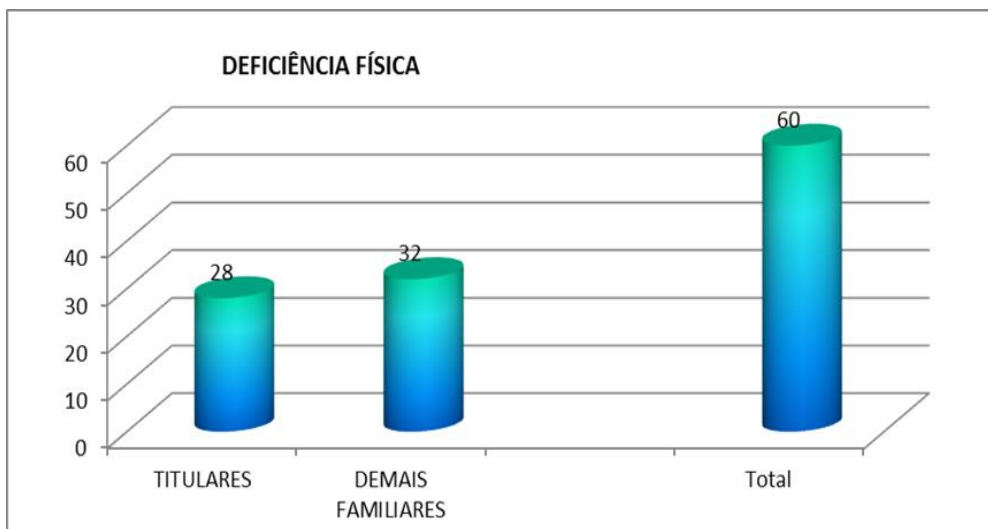
Fonte: NAC-UNISC, 2014.

Foram analisados e tabulados uma quantidade expressiva de mulheres que irão residir no Residencial, totalizando 733 mulheres em relação a 76 homens. Destas mulheres, chefes de família, identificamos que 292 possuem de 18 a 30 anos, ou seja, são relativamente jovens em sua maioria. Ainda nesta faixa etária (18-30 anos) identificamos 28 pessoas do sexo masculino. Nas demais faixas etárias se observou com maior expressão que dos 31 anos aos 40 anos, são contabilizados 213 beneficiárias do sexo feminino e apenas nove (09) do sexo masculino. Seguindo a linha etária das idades entre 41 a 50 anos, podemos observar que 113 mulheres de meia idade ultrapassam os quinze (15) homens inclusos no cadastro. Na faixa etária que corresponde aos idosos, pessoas que possuem entre 51 a 60 anos, identificamos que 71 correspondem ao sexo feminino e 17 ao sexo masculino. Contemplando a faixa etária com mais de 60 anos totalizaram 44 beneficiárias do sexo feminino e somente sete (07) do sexo masculino.

Podemos perceber com isso que, além dos beneficiários que residirão nas casas muitos morarão com outras pessoas, sendo eles cônjuges, filhos, mães, pais, netos, genros, noras e avós. Esse fato demonstra que a população do Residencial Viver Bem irá quadruplicar seu tamanho populacional. Concluímos com esse levantamento, que as mulheres em geral ocupam esse lugar de donas de casa, sendo esses dados referidos pelas mesmas.

Dando continuidade, foram preenchidos perfis de beneficiários e familiares que possuam alguma necessidade especial, seja ela física ou mental. Seguem os dados obtidos:

Gráfico 2: Deficiência física ou mental dos titulares juntamente com os demais familiares do Residencial Viver Bem.

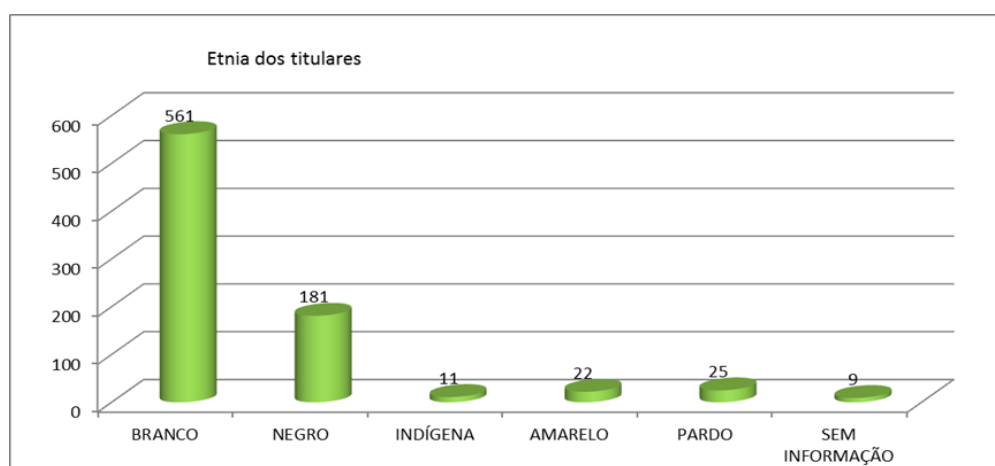


Fonte: NAC-UNISC, 2014.

Contemplando os beneficiários (PCDs) assim como o seus familiares que possuem alguma deficiência seja física e ou mental, foi observado que 28 titulares possuem necessidades especiais. Foram realizados com essas pessoas atendimentos individualizados e visitas domiciliares pela equipe no NAC que, atualmente conta com quatro assistentes sociais. Da mesma forma, realizaram-se reuniões no mês de dezembro de 2014, onde foi possível identificar quais as adequações necessárias nas residências para melhor acomodá-los, conforme a necessidade de cada indivíduo. Quanto aos demais integrantes do núcleo familiar, identificamos 32 pessoas com necessidades especiais, as quais foram atendidas pela equipe técnica e ou contatadas através de seus titulares via telefone. Tudo isso para garantir que tenham acesso livre na sua nova moradia.

Outro item analisado é a etnia do morador que irá ocupar o loteamento. Observa-se o gráfico conforme segue:

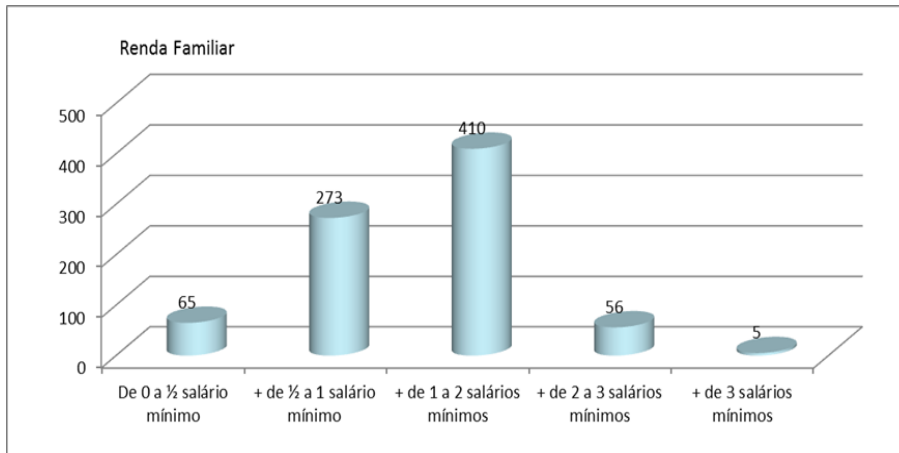
Gráfico 3: Etnia dos Titulares do Residencial Viver Bem



Fonte: NAC-UNISC, 2014.

Após levantamento dos dados, chegamos a um montante de 561 titulares que se consideram brancos, 181 se consideram negros e onze (11) que se consideram indígenas. Seguindo a ordem, 22 pessoas se intitulam como amarelos, 25 como pardos e apenas nove (09) titulares não identificaram sua etnia no perfil socioeconômico.

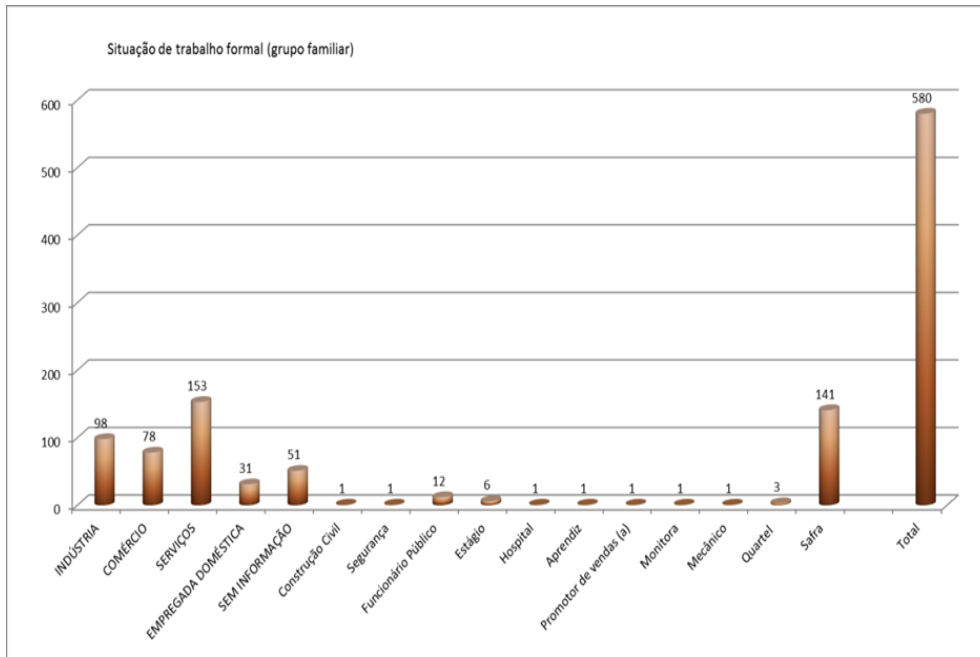
Depois de verificarmos as faixas etárias dos possíveis moradores do Residencial Viver Bem, assim como o número de pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental e a sua etnia, chega a hora de verificarmos os dados referentes à renda familiar. Nesse item verificamos quantos moradores estavam empregados formalmente com carteira assinada, quantos deles estavam em trabalhos informais e quanto estavam desempregados.

Gráfico 4: Situação de renda familiar dos moradores do Residencial Viver Bem.

Fonte: NAC-UNISC, 2014.

Referente à renda familiar, encontramos com maior expressão aqueles com mais de um (01) até dois (02) salários mínimos identificando um total de 410 beneficiários. A isto seguem-se 273 beneficiários de meio salário ($\frac{1}{2}$) a um (01) salário mínimo. Segundo Brasil (2007) o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) sofreu inúmeros reajustes com as faixas de crédito, ou seja, no início do programa como já citado, os beneficiários que poderiam possuir a linha de crédito eram aqueles com renda de até dez salários mínimos. Com os ajustes, reduções de impostos e maiores arrecadações, permitiu-se viabilizar uma linha crédito que beneficiasse a classe baixa, ou seja, aquela população com renda de até três salários mínimos.

Seguindo os dados, 65 beneficiários disseram ter renda de zero (0) a meio ($\frac{1}{2}$) salário mínimo. Percebemos que 56 pessoas declararam possuir renda de dois (02) a três (03) salários mínimos e somente cinco (05) beneficiários declararam receber mais de três (03) salários mínimos. O perfil dos moradores também considerou a forma empregatícia dessas pessoas, sendo que na tabela que segue, foram quantificados aqueles que estavam regularizados com o INSS. Os dados abaixo são daqueles beneficiários que declararam que trabalham de forma legalizada, ou seja, com carteira assinada sendo protegido pelo ministério do trabalho.

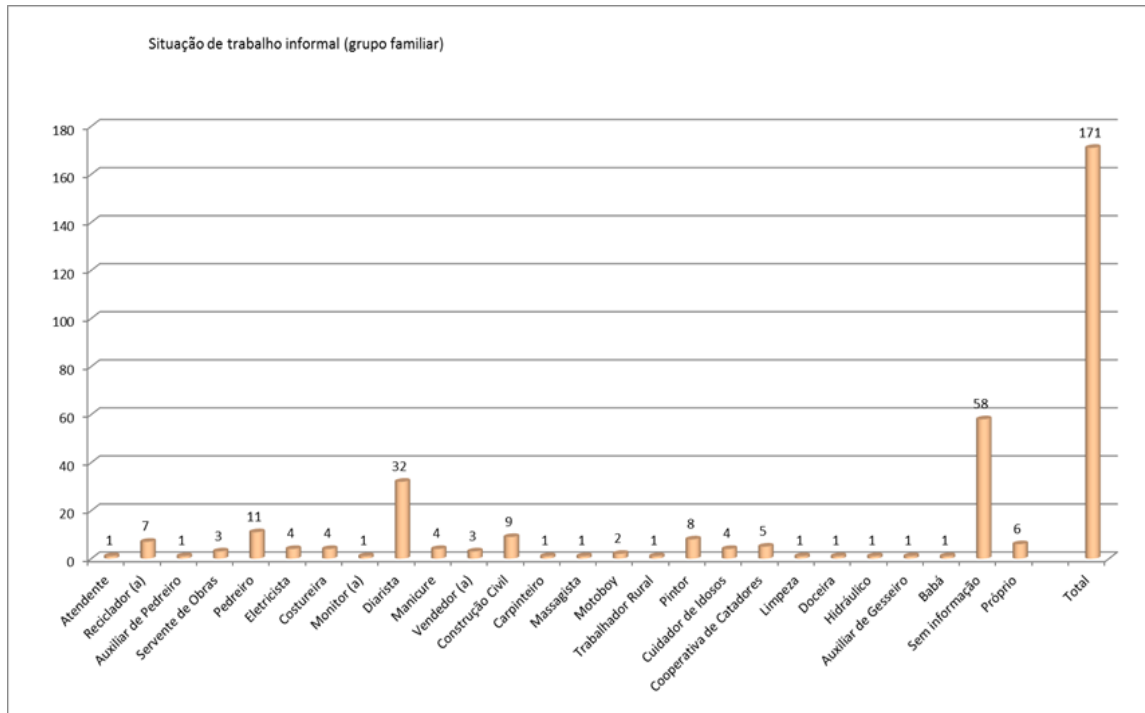
Gráfico 5: Situação de trabalho formal do grupo familiar do Residencial Viver Bem

Fonte: NAC-UNISC, 2014.

Referente à situação de trabalho formal do grupo familiar, identificou-se que 98 pessoas trabalham no ramo da indústria (exceto fumageiras). 78 moradores referiram como local de trabalho o ramo de comércio, 153 pessoas consideram o seu trabalho no ramo de serviços diversos, não os especificando, 31 dos beneficiários se intitulam como empregadas domésticas e 51 não identificaram seu ramo de trabalho no questionário.

Na sequência, doze (12) pessoas trabalham como funcionários públicos, seis (06) como estagiários e em número menos expressivo temos um (01) morador em ramos diversificados como: hospital, jovem aprendiz, segurança, ramo da construção civil, promotor de vendas, monitora e mecânico. Já no serviço militar identificaram-se três (03) pessoas. No setor fumageiro 141 beneficiários estão trabalhando ou aguardando o contato da empresa.

Das pessoas que trabalham de forma legalizada, tendo garantido seus direitos trabalhistas, estas acumulam ao longo do tempo trabalhado benefícios como o PIS, férias e acréscimos no salário periodicamente, sendo reajustado ao piso salarial nacional. Diferentemente daqueles que trabalham informalmente, não contribuindo para o INSS não estando assegurados pela Previdência Social. Desta forma, seguem os dados obtidos dos trabalhos informais.

Gráfico 6: Situação de trabalho Informal do grupo familiar do Residencial Viver bem

Fonte: NAC-UNISC, 2014.

Considerando as situações de trabalho informal do grupo familiar, foi identificado que apenas uma (01) pessoa trabalha como atendente, outras quatro (04) como costureiras, uma (01) como monitor, três (03) no ramo de vendas, duas (02) como motoboy, uma (01) como trabalhador rural, quatro (04) como cuidador de idosos, uma (01) como doceira, uma (01) como babá e outros 58 não identificaram no perfil seu ramo de trabalho. Com número um pouco mais expressivo, 32 pessoas se identificaram como diaristas, uma (01) no setor de limpeza, sendo que em entrevista com alguns beneficiários, constata-se que as limpezas são realizadas em dias alternados, em domicílios variados e sem vínculo empregatício. Esse fato torna, de certa forma, mais flexível a possibilidade de se dedicar aos afazeres e compromissos familiares, considerando o grande percentual de mulheres chefes de família que foram contempladas, citado anteriormente em 733 beneficiárias.

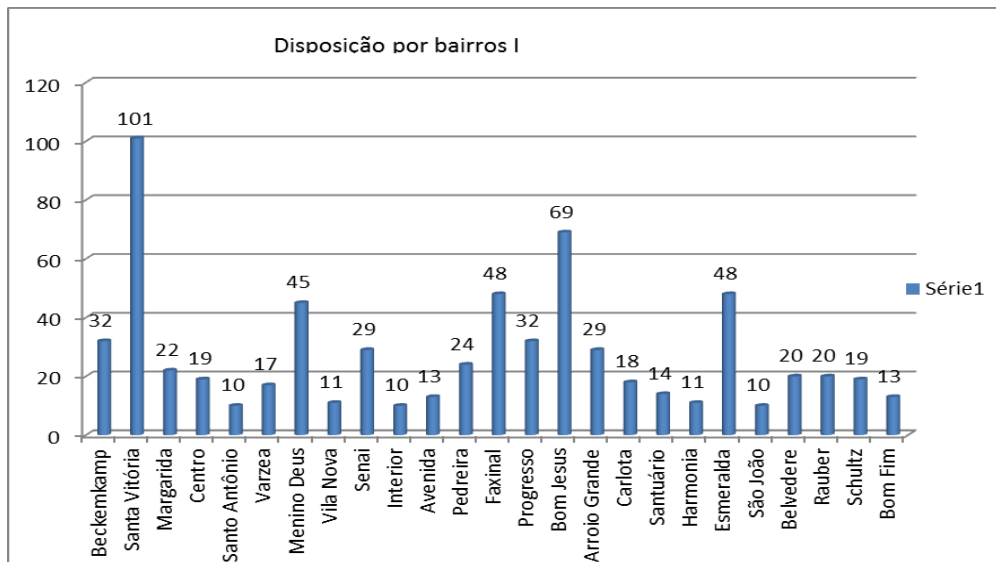
Com número menos expressivo, nas profissões ligadas ao ramo da estética temos quatro (04) moradoras trabalham como manicure e uma (01) como massagista. Já no ramo da construção civil, nove (09) pessoas se identificaram como sendo seu ramo de trabalho, seguidos de três (03) serventes de obras, onze (11) como pedreiros, oito (08) pessoas como pintores, um (01) como carpinteiro, um (01) hidráulico, quatro (04) eletricitas e um (01) como auxiliar de gesso. Continuando por sete (07) se denominaram recicladores

autônomos, sem horário e local fixo para a coleta dos materiais, os quais são vendidos em pontos de recolhimento e distribuídos em vários pontos da cidade. Já outros cinco (05) moradores, relataram trabalhar na cooperativa de recicladores existente no município, onde trabalham em horários alternados, mas em local fixo.

Seis (06) pessoas relataram serem donas do próprio negócio, não especificando o ramo empregatício. Alguns moradores, em atendimento individualizado, identificaram-se como microempresários. Assim, temos um total de 171 pessoas trabalhando no ramo informal, sem carteira de trabalho assinada ou em outros vínculos empregatícios.

As pessoas que irão residir no loteamento, residem atualmente em diversos lugares da cidade, distribuídos conforme mostra o gráfico.

GRAFICO 7: Moradores do Residencial Viver Bem advém de diversos bairros.



Fonte: NAC-UNISC, 2014.

Neste gráfico estão identificados os bairros de onde os beneficiários do Residencial Viver Bem estão migrando. O bairro Santa Vitória aparece com maior expressividade com 101 beneficiários. Nos bairros que fazem divisa com o residencial, como o Bairro Rauber residem 20 beneficiários, no bairro Carlota 18 e no bairro Harmonia onze (11). 48 beneficiários residem no bairro Esmeralda. Outro bairro próximo ao residencial, composto por área invadida, é o bairro Bekenkamp, onde residem 32 beneficiários.

Quanto aos demais bairros com localização afastada do residencial, temos o bairro Bom Jesus com 69 beneficiários, o bairro Faxinal com 48, seguidos de 45 beneficiários do bairro Menino Deus, 32 do bairro Progresso, 29 beneficiários no bairro Arroio Grande e no bairro

Senai, 24 no bairro Pedreira e 22 no bairro Margarida. Seguidos de 19 beneficiários no bairro Centro e no bairro Vila Schultz. Temos 20 beneficiários no bairro Belvedere, 17 no bairro Várzea, quatorze (14) no bairro Santuário, treze (13) no bairro Avenida e Bom Fim, onze (11) no bairro Vila Nova. Os bairros São João, Interior e Santo Antônio aparecem com dez (10) beneficiários em cada.

Com menor expressão, seguem os bairros Figueira, Liberdade, Corredor Mainardi, Corredor Zanette, Cinteia, Motocross, Flamengo, Monte Verde, Navegantes e Linha João Alves com um (01) beneficiário em cada bairro, sucessivamente. Ainda, nos bairros Rio Pardinho, São José da Reserva e Glória com dois (02) beneficiários em cada bairro. Há ainda os bairros Torrano, Petrópolis e Capão da Cruz com três (03) beneficiários em cada, nos bairros Industrial, Universitário e Santo Inácio contam com cinco (05) beneficiários cada, os bairros Verena, Goiás, Castelo Branco, Ana Nery e Piratini contam com seis (06) beneficiários cada. Nos bairros Imigrante, Cristal, Renascença, e Cohab contam com sete (07) beneficiários cada e ainda nove (09) no bairro Ohland e oito (08) no bairro Aliança.

A coleta de dados contou com 93,80% de beneficiários com perfil socioeconômico preenchido, nas 12 reuniões de bairro realizadas no ano de 2014 e primeiro semestre de 2015. Destes não foi possível chegar a uma quantia absoluta de moradores contemplados. No início de 2015 havia 57 beneficiários que nunca participaram de nenhuma das referidas reuniões, nas quais era realizado o preenchimento do cadastro e eram esclarecidas questões a respeito do andamento da obra.

Os beneficiários do residencial, na medida do possível, foram visitados por integrantes do NAC - UNISC e por integrantes da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Vale ressaltar que na visita domiciliar, os beneficiários eram questionados quanto ao real interesse na moradia e em caso de negativa, já era fornecido formulário para desistência, oportunizando assim a chamada de suplentes que aguardavam na lista de espera.

De maneira geral, conforme os gráficos apresentados, conclui-se que os beneficiários são oriundos de vários bairros do município, com renda familiar variada, alguns com nível social mais elevado outros com vulnerabilidade social mais acentuada, dos quais pontuaram não possuir nenhuma renda e ou obterem o sustento através dos benefícios assistenciais. Percebe-se, desse modo, a necessidade de intervenções sociais diferenciadas que contemplem as diversas demandas existentes para que haja uma mobilização social coesa e integral.

4.2 Equipamentos Sociais do Residencial Viver Bem

O Residencial Viver Bem, como já citado anteriormente, tem extensão territorial de 403.104,62m² sendo desse, 37.624,44m² de área construída. Esse loteamento foi planejado para oferecer aos moradores todos os equipamentos públicos dos quais necessitassem, como redes de água, luz e esgoto, coleta seletiva de lixo e transporte urbano. O Residencial se localiza nas mediações dos bairros Santa Vitória, Faxinal Menino Deus e loteamento Beckenkamp do município de Santa Cruz do Sul. Em seu entorno, existem equipamentos sociais comunitários e serviços públicos disponíveis como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1: Equipamentos sociais existentes nas abrangências do Residencial Viver Bem

| Existentes | Números de pessoas atendidas |
|---|------------------------------|
| 1 CRAS Beatriz Frantz Jungblut | 5000 famílias |
| 01 Serviço Convivência (Projeto Semear Amigos) | 90 crianças/ adolescentes |
| 01 Associação comunitária | 5000 famílias |
| 01 Residência Inclusiva (Casa Lazzaro Bethania) | 12 pessoas |
| 01 Polo Comunitário | 60 famílias |
| 02 Centros Convivência (CSU/ Beckenkamp) | 120 crianças/ adolescentes |
| 01 Ginásio Comunitário (CRAS) | 5000 famílias |
| 03 Igrejas Católicas | 5000 famílias |
| 01 Serviço Convivência (Projeto Marista) | 16 crianças/ adolescentes |
| 02 Igrejas Evangélicas | 6000 famílias |
| 01 Sala Necrotério | 8000 famílias |
| 01 Centro de Umbanda | 3500 famílias |

Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul, 2013.

Conforme tabela acima, os bairros Santa Vitória, Faxinal Menino Deus e Beckenkamp se mostram com boa infraestrutura. Porém, é preciso lembrar que serão 922 casas entregues a uma população de prováveis 3.688 novos moradores, dos quais irão dividir com a população já existente os mesmos equipamentos sociais públicos. Desse modo, nos bairros aqui citados existem ainda outros equipamentos que seguem:

Tabela 2: Equipamentos Alimentares e Nutricionais existentes nas abrangências do Residencial Viver Bem

| Existentes | Capacidade De Atendimento |
|--|---|
| 1 Cozinha Comunitária Bairro Santa Vitória | 700 Refeições transportadas e 100 servidas no local |
| 1 Cozinha Comunitária Bairro Imigrante | 100 refeições servidas no local |

Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul, 2013.

Os equipamentos nutricionais distribuem refeições para os bairros, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Outro equipamento social presente nas redondezas do residencial Viver Bem são as Escolas Municipais Ensino Fundamental (EMEF) e as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS) existentes nos bairros de Santa Cruz do Sul. A tabela que segue mostrará os números de vagas atuais e possíveis novas vagas que surgirão posteriormente, com a chegada dos moradores do Residencial Bem Viver, segue a tabela.

Tabela 3: Equipamentos sociais de educação nas abrangências do Residencial Viver Bem.

| Existente | Bairro | Índice Atendimento | Novas Vagas |
|--------------------------------------|------------------------|---------------------------|--------------------|
| 01 E.M.E.I. Vovô Arlindo | Santa Vitória | 201 Vagas | 158 vagas |
| AMPLIAÇÃO da E. M. E. I. Vovô Albino | Santa Vitória | 105 Vagas | 20 vagas |
| 01 E.M.E.F. São Canísio | Dona Carlota | 220 Vagas | 120 vagas |
| 01 E.M.E.I. Pequeninos do Faxinal | Faxinal Menino Deus | 204 Vagas | 24 vagas |
| 02 E.M.E.I. Sonho de Criança | Faxinal Menino Deus | 201 Vagas | 25 vagas |
| 01 E.M.E.F. Harmonia | Santa Vitória | 755 Vagas | 180 vagas |
| 01 E.M.E.F. José Leopoldo Rauber | Rauber | 260 Vagas | 26 vagas |
| 01 E.M.E.F. Menino Deus | Faxinal Menino Deus | 657 Vagas | 60 vagas |
| 01 E.E. Nossa Senhora da Esperança | Santa Vitória | 429 Vagas | 52 vagas |

Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul, 2013.

Conforme tabela acima, os bairros possuem equipamento social voltado pra educação bem amplo, possibilitando a ampliação das vagas, tendo em vista ser um dos equipamentos maior necessidade de ocupação de vagas.

Outro equipamento social importante dos arredores do residencial são os de saúde. Esses equipamentos estão demonstrados na tabela que segue:

Tabela 4: Equipamentos sociais de saúde nas abrangências do Residencial Viver Bem

| Equipamento de Saúde | Bairro | Famílias Cadastradas | Nº de Acompanhamentos | Média Mensal De Atend. |
|-------------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|
| 01 ESF Faxinal | Faxinal Menino Deus | *981 famílias | *3.434 pessoas | *961 |
| 01 ESF Gloria | Santa Vitória | *842 famílias | *2.947 pessoas | *844 |
| 01 ESF Rauber | Rauber | *563 famílias | *1.971 pessoas | *133 |
| 01 ESF Menino Deus | Faxinal Menino Deus | *994 famílias | *3.479 pessoas | *850 |
| Casa de Saúde Ignez de Moraes | Santa Vitória | Sem Estimativa | Sem Estimativa | Sem Estimativa |

*Dados obtidos em 2012.

Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul, 2013.

A Casa de Saúde Ignez Irene Moraes, conhecida como Hospitalzinho, assegura atendimentos de urgência e emergência para os bairros da zona sul, portanto, os bairros que abrangem o residencial já estão contemplados com esse equipamento de saúde. Para os moradores novos, terá que ser ampliada ou construída uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS), visando que sua população ultrapassa o número de pessoas, por território a serem atendidas nas Estratégias de Saúde da Família (ESF).

4.3 As Representações Sociais da Casa Própria

O material produzido nas entrevistas semi-dirigidas com os beneficiários do Residencial Viver Bem foi classificado e categorizado a partir da transcrição das gravações. O roteiro das mesmas, contou com algumas perguntas norteadoras de acordo com o objetivo da pesquisa.

Deste processo, foram evidenciadas algumas temáticas que chamaram a atenção por sua constante aparição nas falas dos participantes e, também, pela intensidade com que traziam a tona importantes pontos para o debate a cerca da aquisição da casa própria. A partir disso, compuseram-se categorias como modo de nortear a análise dos dados que seguem:

Esquema de categorias obtidas das falas dos participantes dessa pesquisa.



A pesquisa com os moradores revelou duas grandes categorias. A primeira delas referiu-se a percepção dos participantes frente a sua nova moradia. Desse modo, a primeira grande categoria refere-se ao significado da casa própria. Dessa, surgiram outras duas subcategorias. Uma delas trata sobre o não pertencimento a um lar onde dependem de outras pessoas para viver e a outra sobre as percepções de ser proprietário de sua casa. Como segunda grande categoria obteve-se falas a respeito da crise no Brasil e de que forma esse fato afetou a obra do Residencial. Iniciamos com a primeira categoria referente ao significado da casa própria.

4.4 SIGNIFICADO DA CASA PRÓPRIA

4.4.1 Não ser “Dono” da Minha Casa

Nessa categoria, surgiram aspectos referentes a depender de algo ou alguém para viver em uma residência. Quanto aos sentimentos de não ser dono da própria casa, aparecem falas que revelam certa insegurança dos moradores em precisar de favores de familiares ou mesmo de ter que pagar aluguel a um proprietário que pode retirá-los da casa, quando assim decidir. Esses aspectos aparecem nas seguintes falas:

[...] É um valor a mais que a gente tem que ter, como a gente diz, que o aluguel come a gente né. Às vezes nós nos apertamos muito, nem sempre a gente tem disponível esse dinheiro e faz falta, né. E!

1

[...] Eu estava morando de favor lá no meu irmão, eu não morava em Santa Cruz, como nós estávamos apertados ele (esposo) estava trabalhando e eu estava parada porque tinha ganhado minha guriuzinha, ele (irmão) disse pra gente ir morar com ele. (E6)

Os entrevistados enfatizam quão importante é a moradia em suas vidas, sendo ela um dever do Estado pactuado na Declaração dos Direitos Humanos. Nesta consta a todas as pessoas o direito à alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e aos serviços sociais de modo geral. Direitos que são universais, indivisíveis e inter-relacionados. Dessa forma, o ser humano somente terá um padrão de vida “adequado” quando for atendido e tiver essas necessidades pontuadas como sendo básicas. Importante ressaltar que, o direito a moradia está intrinsecamente ligada a um processo de bem-estar psicossocial, fazendo parte de um conjunto de responsabilidade da União, Estados e municípios (JUNIOR, 1997).

Essa responsabilidade se materializou em uma política pública municipal em Santa Cruz do Sul, um empreendimento amplo, do qual é composto o Residencial Viver Bem. Nesse empreendimento, foram colocados muito mais do que tijolos, cimento e areia, nele foram empregados sentimentos de pertencimento, autonomia e independência. Os moradores buscam com a aquisição da casa própria, um empoderamento que pode ser definido como sendo parte de um processo visando o coletivo, ou seja:

O empoderamento dos pobres e das comunidades viria a ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania. Ou seja, da capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos. (ROMANO e ANTUNES, p.6, 2002)

Desta forma, os moradores buscam, através desse empoderamento, a autonomia, ou seja, um espaço de independência não apenas financeira, mas de controle e poder para compor a suas vidas conforme seus desejos. Buscam um sentimento de pertencimento nesse novo lugar. Os futuros moradores do Residencial Viver Bem, quando se remetem aos aluguéis, gastos, falam de algo que não os pertence, de uma casa que não podem modificar a seu gosto, dos valores exorbitantes gastos com a moradia e que poderiam ser empregados em suas próprias casas. Como segue a fala:

[...] Não posso mexer né, não é aquela coisa que eu queria né...tem goteira em tudo né... mas assim, até eu entrar pra minha casa é o que tem né. E6.

¹ Para evitar a identificação dos participantes da pesquisa, colocamos a sigla E que designa Entrevistado. Diferenciamos os entrevistados com os números, como: E1 - Entrevistado 1.

[...] É um valor a mais que a gente tem que ter, como a gente diz, que o aluguel come a gente né. As vezes nós nos apertamos muito, nem sempre a gente tem disponível esse dinheiro e faz falta, né. E1.

O discurso dos entrevistados faz interface com a situação atual em que vivemos no que tange ao setor dos gastos e crises. A casa alugada é considerada, muitas vezes, como um espaço provisório e incerto. Provisório no sentido de permanecer na constante busca por um lugar mais acessível financeiramente, um lugar para se viver com dignidade, contendo preços justos e uma infraestrutura adequada. E também representa um espaço incerto, pois a casa pertence a um terceiro e esse poderia tomá-la como sua a qualquer momento, como verificamos na fala abaixo:

[...] Não sinto como se a casa fosse minha, não me sinto à vontade. Até porque ela não tem espaço, ela não tem muita visibilidade para as ruas e eu não posso deixar ela de acordo como eu gostaria. E3.

A construção de autonomia como já citada, reforça o posicionamento do sujeito frente à comunidade, sendo ela uma peça fundamental na engrenagem social. Se “empoderar” sobre aquilo que é seu, carrega consigo certos critérios a serem seguidos. Preencher esses critérios de seleção implica no acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida (BRASIL, 2007).

Tais condicionalidades do programa (MCMV) são critérios Nacionais de seleção como: a renda familiar total, mulheres chefes de família e moradores em situação de risco que, podem ainda serem desdobrados em muitos outros critérios, dependendo das necessidades dos municípios. Essas condicionalidades ou critérios implicam no sujeito ser “merecedor” ou não dos benefícios. Sabe-se, conforme já citado, que a moradia é um direito do qual não deveriam haver condições para possuí-la. Desta forma, como salienta Carloto (2012), no Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida exige dos beneficiários, critérios para possuir a casa própria.

Desde modo, o Governo Federal lança programas buscando combater a pobreza direcionando esses benefícios à população que mais sofre com a injusta distribuição de renda no Brasil. Segundo Carloto (2012), as mulheres do país ocupam um lugar significativo na faixa de extrema pobreza, sendo elas na sua maioria negras e consideradas também chefes de família.

É percebido através dos relatos que alguns dos moradores do Residencial Viver Bem, a atribuição do empreendimento como algo dado a eles e não como direito do cidadão. Essa ideia assistencialista que vem através das décadas, perpetua-se no imaginário coletivo, junto

às camadas sociais mais desfavorecidas disseminando a ideia de que o governo “ajuda” às classes carentes. Sendo o assistencialismo uma prática desprovida teoricamente, não é capaz de modificações e transformações da realidade social, pois atende apenas necessidades individuais por meio de doações (PROCÓPIO, et al. 2009).

Dessa forma, o pobre se torna ainda mais pobre, pois é considerado engrenagem nessa ignorância socialmente cultivada. Essa população em geral que se torna desinformada, alienada em um pensamento, depositando muitas vezes no “governo” o dever de seu sustento, criando assim um enlace entre a renda, a cultura e o voto, sendo esse último usado para dar seguimento com uma política corrupta e injusta (DEMO, 1999).

Na lógica de perpetuação das ideias de recebimento de benefícios por mérito, a aquisição da casa própria deve partir de uma necessidade, de uma demanda particular de cada indivíduo e não de ato político de solidariedade. Alguns beneficiários do Residencial Viver Bem acreditam que “ganharam” a casa, porque nunca pediram nada como mostra a fala.

[...] Vou me inscrever pra ver se eu tenho sorte pra ganhar né. Porque nunca ganhei nada né, nunca pedi nada na prefeitura né...Primeira vez que tô pedindo né. Até que eu fui sorteada né e consegui.(E5)

Muitos dos sujeitos que irão residir no novo loteamento moram em área de risco e em condições desumanas de sobrevivência. Nesse sentido, muitos deles acreditam que o fato de terem sido sorteados e ganhar a casa, partiu de um ato de caridade e benevolência para com eles. Portanto, como pontua Demo (1999, p 07), temos que pensar em estratégias para desmistificar a ideia da “*educação pobre pra pobre*” fazendo com que a população se dê conta dos seus direitos e deveres, tornando esses sujeitos mais autônomos e mais capazes de decidirem o rumo de suas vidas.

A pobreza política demuda o sujeito e destrói a ideia de um legado, de uma marca, de uma história, pois partilha de condições e critérios de mãos de terceiros. Nesse aspecto, o combate maior deveria ser a favor da educação, para não precisar lutar contra a fome. A não participação desse sujeito na elaboração das políticas ofertadas nesse País, significa o mesmo que deixar para que o outro pense a sua vida, criando assim sujeitos alienados, assujeitados a algo pronto. (DEMO, 1999).

Em contraponto no próximo capítulo, trataremos das ideias sobre os significados da aquisição da casa própria, que chamamos “ser dono da minha casa”. As falas demonstram que o significado dessa aquisição está para além do que foi dito pelos moradores, pois mostra num

sentido mais profundo que ultrapassa o fato concreto de ser proprietário de uma residência e vai para as expectativas em relação ao futuro.

4.4.2 Ser Dono Da Minha Casa

[...] Mas lá no fundo eu tinha uma convicção de que a eu teria a casa própria. Até quando foi o sorteio mesmo, quando saiu o meu nome, as gurias gritavam (tu não fica feliz?). Parecia que eu não estava acreditando. E2.

Começamos esse capítulo trazendo a transcrição de uma entrevistada em choque depois de perceber seu nome na lista de beneficiários do Residencial Viver Bem. Ter seu nome exposto no mural significou o início de uma realização pessoal, o início de um “sonho”. Observamos esse significado na fala abaixo:

[...] Não tem explicação.... Eu vou dar o máximo de mim lá porque é o meu sonho. Então... Eu vou morrer na minha casa, vou cuidar dela o máximo possível, olha... Tudo que eu poder fazer lá na casa pra nós, pelo nosso bem estar eu vou fazer. Porque pra mim é um sonho que está sendo realizado (E6).

[...] Representa a esperança de dias lindos e maravilhosos para minha vida e os sonhos que eu acalentei. Representa que vai diminuir as preocupações, que tu vai deixar do jeito que tu quer, e ninguém vai estar te pressionando pra que tu saia, que tu deixe o local que tu está residindo (E3).

Percebe-se através das falas que, tornar-se dono da própria casa traz uma sensação de conquista de metas e desejos. Verifica-se uma mescla nesses moradores de sentimentos de euforia, ansiedade e incertezas vindas com a demora pela entrega. O que representa a casa para essas pessoas está para além do dito, está para além das paredes erguidas com suor dos trabalhadores, essa casa representa a concretização de uma etapa da vida, de um sonho como descreve as entrevistadas.

[...] Um sonho, pois era tudo que eu queria na minha vida. (E6)

[...] O sonho ou a intenção é de ter uma casa lá no asfalto (início do residencial). Mas depois do processo concluído, que fomos fazer a vistoria e tal, ela é tão fofinha, tão meiguinha, muito bom lá embaixo. (E2)

[...] Que o meu sonho que ter a minha casinha e saber que aquilo ali é meu, sem ter perigo de nada. (E8)

A moradia ocupa desde sempre, um lugar acolhedor das necessidades básicas de todo ser humano. Desde a pré-história buscava-se nas cavernas, assim como nas ocas, um lugar de

refúgio, interação e de referência. A casa representa uma extensão do corpo, um abrigo, um canto de repouso, um lugar onde a vida social acontece, onde as intimidades se sobressaem e é o lugar onde as relações sejam elas familiares ou sociais acontecem com os outros e principalmente consigo próprio (ARAÚJO, 2008).

O Residencial Viver Bem é um aglomerado de casas, onde cada uma das casas será composta e adornada conforme seu dono. Nesse lugar de “donos das casas”, os beneficiários transportam para esse novo lugar, ideias, sonhos e perspectivas de um futuro. As representações dessas moradias e as diferenças individuais de cada um complementarão o conjunto habitacional como um todo. Declarações de pertencimento, de tenacidade compuseram as transcrições das entrevistas. Momentos como os aqui descritos:

[...] É viver bem né... Viver feliz, eu quero me mudar com meu filho e ser feliz com ele, com meu marido, lá todo mundo junto. É o que eu mais quero na minha vida. Lá em casa todo mundo sonha junto (E9)

[...] Vitoriosa né, porque o que eu sempre sonhei era uma casa né, um quarto pro meu filho né... para eu poder colocar lá um guarda roupa, uma teve lá pra ele, saber que o quarto é dele, não é como ali né, que tu arrumou, mas tu sabe que quando vem a água, ela vai levar tudo. Tu só pensa em ter a tua casinha. E9

[...] Pra mim significa muito bem o que eu fiz pra minha vida, tenho o meu guri que é deficiente, que aquilo lá é pra ele e pra mim né, pro fim da vida. Quando eu morrer fica ele com a casinha dele, pra ele né. (silencio) E7

[...] Mas eu quero ajeitar como a casa dos sonhos... Vou colocar a cozinha daquele jeito, a sala assim... Vou comprar o sofá de tal jeito...a teve...o quarto... enfim...Aquela coisa que tu sempre planeja na tua vida inteira, até tu entrar na tua casa. Bah.. Não vejo a hora. E6

Muitos dos entrevistados falaram sobre as expectativas com a nova morada e de como iriam mobiliar a casa. Da mesma maneira, alguns dos entrevistados esperavam que a casa fosse maior, o que restringiu de certa forma, seus pensamentos em relação ao interior das residências. No que tange a organização da casa e o planejamento dos móveis, principalmente na cozinha, observou-se que era comum entre os entrevistados referirem a estrutura inicial da casa como sendo a base principal, planejando para o futuro, o aumento das peças da casa, como seguem as falas:

[...] Eu idealizei a casa, e foi pior... Porque quando tu imaginas, tu imaginas uma casa... Eu não vou te dizer grande, mas num tamanho normal. (E2)

[...] Claro que futuramente eu vou querer fazer mais um quarto, a minha cozinha eu quero fazer maior, quando eu tiver condições, uma área quase do tamanho do meu quintal. (E3)

[...] Daqui a cinco anos, minha casa já vai estar aumentada, já vai ter mais um quarto, por enquanto vai ficar os dois em um quarto só. Mas acredito com o pátio já fechado, meus jardins prontos, são coisas que quero fazer pra mim. (E1)

Com esses relatos observou-se que, embora a casa não suprisse com as expectativas gerais dos contemplados, seja ela no tamanho dos cômodos e da restrição dos móveis devido ao espaço físico, esses moradores investiriam simbolicamente nessas residências, pois acreditam que essa morada, segundo eles próprios referem como “a casa dos sonhos”. Desta forma, Araujo (2008) pontua que as extensões físicas das moradias de condomínios planejados, oferecem restrições, sejam elas nesses espaços arquitetônicos ou comunitários. Com a escassez das áreas urbanas, podemos pensar em uma nova concepção hegemônica de sociedade.

Se por ventura buscássemos pela história das famílias de outras épocas, alguns encontros familiares se davam nos espaços internos de uma casa como a cozinha, por exemplo. Hoje, os projetos da arquitetura moderna, limitam o uso comunitário, reduzindo com ele o convívio social. As reduções nos espaços arquitetônicos na contemporaneidade, restringem e reduzem a inserção e participação do sujeito nas comunidades, seja por questões financeiras de custo nas obras ou por uma dominação burguesa por detrás, ditando novas regras e normas sociais (ARAUJO, 2008).

Entretanto, os moradores do Residencial Viver Bem, acreditam que o tempo dirá a eles quais investimentos deverão ser feitos, sendo que o futuro sempre será incerto. Isso acarreta que eles se limitam a pensar no presente, no habitar aquele lugar, em ocupar o seu espaço, em dar concretude a um sonho. Nas entrevistas, muitos foram os sentimentos que transpareceram, algumas entrevistadas relataram ansiedade, outras emocionadas, enchiam os olhos de lágrimas ao recordar a casa, como mostra as falas:

[...] Eu vou chorar....Eu vou me largar a chorar, não tenho dúvidas, é o que eu mais estou esperando. Bah! É meu sonho. Não vejo a hora. (E6)

[...] Estou muito ansiosa, muito ansiosa pra ir. Minha vô vai sentir falta né... (E5)

[...] Nossa... Não tenho nem palavras, nossa... Saber que tu vai entrar, que todo dia tu vai abrir aquela porta, vai girar aquela chave e saber que é tua aquela casa, é demais, é demais mesmo. (E9)

Com isso, entendemos que embora haja uma força política capaz de definir destinos, ainda que falte para a população informações a cerca de direitos adquiridos, sendo a pobreza educacional um fator imprescindível de mudanças, percebemos que sentimentos, ideias e percepções de um futuro melhor surgiram nas falas dos entrevistados. Evidenciando que a

casa própria é de fato um lugar almejado, que carrega consigo um status, uma referência, um refúgio e uma herança. Algo para ser deixado para os entes queridos.

A aquisição da casa própria para os beneficiários do Residencial Viver Bem contou com inúmeras etapas e imprevistos, dentre eles a demora em entregar o complexo foi, certamente, o que mais gerou angústia e desespero. A obra dura três anos e aquele terreno antes acidentado, hoje comportam novecentas e vinte e duas (922) casas individuais e geminadas, prontas para serem ocupadas se não fosse pela falta de organização dos órgãos competentes.

O que veremos na próxima categoria, também criada a partir das falas dos sujeitos entrevistados é justamente para retratar a crise que o País está passando que afetou todos os sistemas e subsistemas existentes no Brasil. O sistema habitacional na contemporaneidade implica-se em reduzir drasticamente esse déficit de moradias, a fim de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Seria apenas mais um discurso utópico?

4.4.3 Crise no Brasil, crise no Residencial

[...] Presidente, deputados, senadores, prefeitos, governadores, secretários, vereadores, juízes, procuradores, promotores, delegados, inspetores, diretores, um recado pras senhoras e os senhores. Eu pago por tudo isso, imposto sobre o serviço à taxa sobre o produto, eu pago no meu tributo. Pago pra andar na rua, pago pra entrar em casa, pago pra não entrar no Spc e no Serasa, pago estacionamento, taxa de licenciamento, taxa de funcionamento, liberação e alvará, passagem, bagagem, pesagem, postagem imposto sobre importação e exportação, Iptu, Ipva, o Ir, o Fgts, o Inss, o Iof, o Ipi, o Pis, o Cofins e o Pasep. A construção do estádio, o operário e o cimento, eu pago o caveirão, a gasolina e o armamento, a comida do presídio, o colchão incendiado, eu pago o subsídio absurdo dos deputados, a esmola dos professores, a escola sucateada. O pão de cada merenda, eu pago o chão da estrada, na compra de cada poste eu pago a urna eletrônica e cada árvore morta na nossa selva amazônica. Eu pago a conta do Sus e cada medicamento a maca que leva os mortos na falta de atendimento, paguei ontem, pago hoje e amanhã vou pagar. Me respeita! Eu sou o dono desse lugar! (GABRIEL- PENSADOR, 2015).

Nessa categoria, problematizaremos a crise que assola o País e que afetou a entrega do Residencial Viver Bem. No trecho da música citado acima, compreendemos que no Brasil, pagamos muito mais que usufruímos. Destes pagamentos, como ressalta Otto (2015) metade é sonegado e a outra metade mal distribuída. Contamos com uma vasta riqueza, porém gastamos muito com produtos exportados e pouquíssimo com produtos produzidos aqui.

Temos a gasolina mais cara, sendo que produzimos etanol, ou seja, biocombustível sustentável. Temos uma taxa de juros e de inflação exorbitantes e somos uma nação péssima para lidar com incentivos para pequena e média empresa. O Brasil, apesar de apresentar um grande potencial, é um país onde a maioria da população é ignorante politicamente, ou seja,

vota-se com a mesma irresponsabilidade que os governantes gastam os tributos (OTTO, 2015).

Compreendendo parte do que os entrevistados trazem, quando referem à demora pela entrega, podemos observar que a felicidade só não está completa, porque parte dela ainda vive somente no imaginário. As tão sonhadas “casinhas”, como titulam seus proprietários, ainda não foram efetivamente terminadas e oficialmente entregues. Os contratos ainda não foram gerados e as assinaturas ainda não foram colhidas. Com isso, sentimentos de ansiedade e indignação são frequentes na população de beneficiários. Como segue as falas.

[...] Sim, Realmente essa espera da demora da entrega das casas é muito complicado, uma vez que a todo momento, estava sendo veiculada na mídia que no máximo final de agosto, início de setembro nós nos mudaríamos. E4

[...] me causa revolta, porque como te disse, tu tem a casa e no mesmo tempo não tem, a gente sabe que está lá, que aquele bem é nosso, mas a gente não pode usufruir, não pode desfrutar. E4.

[...] tristeza, (silencio) Como se diz... Como posso te explica.... tipo, não uma revolta. É tipo assim, indignação, porque tu ta vendo que está tudo pronto lá, e daí ficam enrolando pra dar, cada vez inventam mais desculpas, seilá pra mim é indignação, raiva dessas pessoas que estão enrolando mesmo. E6.

Essas falas são recorrentes e nos remetem a um futuro incerto. É sabido que para que essa população adentre em suas casas, a obra precisa estar impecável, com funcionamento perfeito de um modo geral. Contudo, muitos moradores referem o desejo de estarem habitando o residencial o mais rápido possível, sem a preocupação de conforto nem de habitabilidade. O desejo latente é a ocupação e não as questões secundárias como água, luz e esgoto. Nesse aspecto, pode-se abreviar que a população desse novo loteamento está ilusoriamente percebendo o Residencial não somente como decorrente de um direito constitucional de todo cidadão a possuir uma moradia digna, mas um espaço comum, onde dá-se aquele “Jeitinho Brasileiro” e tudo se resolve.

Segundo aponta Campos (2015) a crise imobiliária afetou todos os seguimentos, da venda imobiliária à construção civil. O abalo sofrido pelo Programa Minha Casa Minha Vida fez-se repensar novos repasses de verbas, aumentando com isso os juros e deixando os novos beneficiários do MCMV com acesso um pouco mais restrito ao programa.

Os moradores do Residencial referem que a falta de informação sobre o andamento da obra é outro motivo da insatisfação. Reforçam que o Projeto Trabalho Técnico Social (PTTS) realizado pelo NAC – UNISC é o vínculo importante do qual os sujeitos se sentem assistidos, como mostra a fala das entrevistadas.

[...] Antigamente com as reuniões na UNISC, a gente tinha... Entendeu? Um ou dois meses tu voltava na UNISC e falava sobre a casa via as fotos né. Tu recebia alguma coisa. E1.

[...] Exato, agora parece que tá tudo muito longe né, porque a gente quer uma resposta que não está vindo. E1.

A UNISC como contratada pela prefeitura de Santa Cruz do Sul executa no residencial um trabalho de conscientização, valorização e pertencimento desses moradores as condições de mudança para esse novo endereço. Essas conscientizações acontecem em reuniões nas vias das quadras do residencial, que foram divididas entre dezoito quadras, em todo complexo habitacional. Nelas foram reunidas todas as pessoas para socializações, repasses de informações e escolhas das lideranças dessas quadras. Dessa maneira, buscou-se vinculação e criação de laços com a equipe do NAC-UNISC e os beneficiários, dos quais possibilitaram futuramente a adesão desses moradores nas propostas dos PTTS.

Já em relação à construtora responsável pela obra e a prefeitura do município, o silêncio impera, quando não por ventura, veiculam na mídia notícias fantasiosas sobre prazos e datas, fazendo com que a população perca a credibilidade como mostra a fala de uma entrevistada.

[...] Eu acho que está tudo muito demorado, eles estão enrolando demais a gente, porque a pessoas que ganharam a casa, a maioria, talvez um ou outro não seja tão necessário, que não é tão apertado...Porque a maioria conseguiu porque precisa, muito não tem onde morar, eu sou uma que... Se o cara disser que quer a casa eu tô na rua, porque é o que todos nós estamos esperando, é pela casa. Só que é governo, um passa pro outro essa bomba, ninguém assume a culpa de nada, ninguém decide nada... dá raiva né. E6.

Nessa fala, podemos observar que a população pede por uma explicação que não está vindo. Em contrapartida, acreditam que a qualquer momento a notícia da ocupação sairá, para então receberem a tão sonhada chave da casa. Em suma, não se tem uma resposta concreta sobre o porquê da demora. O que se tem são especulações das possíveis causas, sendo que os verdadeiros motivos somente os gestores poderiam desvendar.

Com isso, resgatando as falas trazidas pelos participantes da pesquisa, podemos observar que, alguns moradores demonstram um grande interesse pela casa. Habitar um novo lar, significa para eles deixar o passado nas antigas moradias, deixar no antigo endereço lembranças desagradáveis, momentos de tristezas e inseguranças. Significa que para muitos a vida se dará de outra forma.

Em suma, a população espera por uma resposta, por uma casa, por um lugar. Espera que seja esse ano e, que seja rápido. O povo brasileiro tem garra e acredita na concretização de

seus ideais. E, encerrando preliminarmente essa discussão, trazemos uma frase de uma entrevistada que, em poucas palavras trouxe o que a casa representa para ela.

[...] Se pudesse resumir, seria o sonho (E6).

[...] Um sonho realizado né, é algo que a gente esperou por muito tempo, assim, demorou a chegar, mas que veio, entendeu? (E2).

[...] Vou ter uma casa própria como eu sonhei (E3).

Como propomos como objetivo da presente pesquisa verificar o significado da casa própria para os moradores do Residencial Viver Bem, observamos através das falas dos participantes que a casa própria é algo que ultrapassa as barreiras de uma obra e está para além de ter um lar. Desse modo, a casa própria carrega consigo um propósito e um objetivo de vida para essa população.

Contudo, é necessário pensarmos através desses relatos, o quão institucionalizadas essas falas nos parecem, por não reconhecer a obtenção da moradia como um direito constitucional. Também, percebemos como são escassas as informações ofertadas a essa população, informações sobre esses direitos. Torna-se necessário pensar em Políticas Públicas que assegurem à toda população, meios que os permitam serem mais autônomos e donos não só das casas, mas de si próprios. Um dos passos importantes para isso é a desinstitucionalização de pensamentos rígidos que faz com que as pessoas desprovidas de recursos financeiros, permaneçam eternamente na espera por uma casa, pelo acesso à saúde e por serviços que garantam seus direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar quais as representações sociais que os moradores do Residencial Viver Bem possuem sobre a aquisição da casa própria no município de Santa Cruz do Sul- RS. Lembramos que o referido residencial, inserido no município, acomodará 922 famílias onde se estima uma população de aproximadamente quatro mil pessoas.

Na parte quantitativa do estudo, verificou-se que os moradores do Residencial, através do perfil socioeconômico, possuem em sua maioria renda financeira baixa, se encontram empregados e se consideram de etnia branca. O loteamento têm expressivos números de mulheres, sendo algumas chefes de família como preconiza o PMCMV e advém de vários bairros da cidade. Boa parte desses moradores vivem em área de risco, lugares condenados pela defesa civil ou possuem moradias alugadas, através de alugueis sociais autorizados pela prefeitura do município.

Na parte qualitativa da pesquisa, observou-se através das falas dos beneficiários, que os significados referentes à casa própria eram similares. Muitos trouxeram como significados da casa própria como a realização de um sonho, a realização de um desejo de muito tempo, algo dado a eles por mérito. Também, transpareceram sentimentos de ansiedade e frustração pela demora na entrega das casas. Podemos perceber, ao longo dos diálogos que alguns sentimentos se fundiram, como o desejo de pertencer a um novo lugar dividia espaço com a ansiedade de ainda não ser o “dono” daquela casa.

Entendemos que na medida em que as falas foram sendo analisadas, brotavam como definição da pesquisa, algo para além do dito. Nesse sentido, surgiu, de forma geral, que os futuros moradores do Residencial Viver Bem, não percebem a casa como algo de direito. Isso fica evidente em diversas falas, dando a entender que o papel assistencialista que o governo outrora fazia, ainda se perpetua nos dias de hoje.

Há ainda nas falas dos sujeitos uma reprodução ilusória de um “Estado” ou “Governo” acolhedor e gestor, no sentido de “cuidar” sendo capaz de suprir as indigências dos mais necessitados, dando-lhes subsídios necessários para a sobrevivência. Sendo assim, o entendimento dos moradores em possuir uma moradia digna, perpassa sob a ótica do assistencialismo e não como um direito constitucional garantido por lei.

Nesse sentido, torna-se visível e imprescindível a ligação entre educação e combate à pobreza sendo essas duas ferramentas importantes no processo de desacomodação desses sujeitos que ainda não se reconhecem frente a sua cidadania. É somente através da educação

que o sujeito poderá buscar maior autonomia e empoderamento, garantindo e reconhecendo seus direitos para lutar por algo que realmente importe e faça sentido em suas vidas, não fazendo mais parte de uma engrenagem institucionalizante (DEMO, 1999). É fato que a “pobreza é habilmente gerida” (DEMO, 2008, p. 21), pois acomodam os pobres nas periferias, ditando a eles mudanças significativas em suas vidas, fazendo transparecer que os “bens” adquiridos são ferramentas imprescindíveis de sobrevivência, não levando em conta toda a questão social se subjaz na população carente.

Nesse sentido, esse trabalho aponta um caminho e sugere novos estudos a partir dos entendimentos dos futuros moradores no que tange a cidadania, tendo em vista que há uma grande confusão entre o assistencialismo e os direitos garantidos por leis. Todavia esse estudo não se finda, pois, além do Residencial ainda não ter sido entregue, possibilita que sejam pensadas estratégias que minimizam a pobreza, enfatizando a importância da educação e no combate contra a ignorância política.

REFERENCIAS

- AFONÇO, Maria Lucia Miranda. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção Psicossocial. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/viewFile/P.1678-9563.2011v17n3p445/3769>. Acessado em 12/11/2015.
- ARAÚJO, Maria Selma de Castro. Os Donos Da Casa: Das Políticas Da Habitação Aos Significados Da Moradia. Fortaleza – Ce. 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/maria_selma_de_castro_araujo\[1\]20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/maria_selma_de_castro_araujo[1]20(2).pdf). Acesso em 20/04/2015.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro Lisboa, 1977.
- BERGAN, Kurt Casa Saudável: Um Estudo Sobre os Sentidos da Moradia. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2005. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/monografias/casa_saudavel.pdf. Acesso em 20/04/2015.
- BONDUKI, Nabil. Política Habitacional e Inclusão Social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-SP. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em 15/04/2015.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha. A Política Habitacional No Brasil (1930-1990). Universidade Federal de Santa Maria. UFSM - RS. Periódico de Divulgação Científica da FALS (REVELA). Março de 2008. Disponível em: <http://www.fals.com.br/revela9/politicahabitacional.pdf>. Acessado em 15/03/2015.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. 2004. Brasília DF.
- _____. Minha Casa Minha Vida. Moradia para as famílias, renda para os trabalhadores e desenvolvimento para o Brasil. DF. 2007. Disponível em: http://www.adh.pi.gov.br/minha_casa_minha_vida.pdf. Acesso em 05/04/ 2015.
- _____. Decreto de lei nº 11.124, de 16 De Junho de 2008 .(a). Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 16 de junho de 2005; 184o da Independência e 117ª da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm. Acesso em 03/05/2015.
- _____. Decreto de Lei 11.888 Pelo Direito a Moradia Digna. Engenharia e Arquiteutura Pública. Brasília, 24 de dezembro de 2008 (b); 187º da Independência e 120º da República. Disponível em: http://www.sengemg.com.br/downloads/cartilha_eng_arq_publicas.pdf. Acesso em 02/05/2015.

_____. Decreto – Lei nº 11.977, de 7 De Julho de 2009. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 de julho de 2009; 188º da Independência e 121º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso em: 03/05/2015.

_____. Política Nacional de Habitação: O atual cenário das políticas do setor habitacional e suas implicações para os Municípios brasileiros. Estudos Técnicos CNM – Vol 3. 2010 Disponível em: http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/cenario_politicas_habitacionais.pdf. Acesso em 04/04/2015.

_____. Habitação: Política Nacional de Habitação. Confederação Nacional de Municípios – CNM. Brasília, 2012. 56 páginas. Disponível em: http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/cenario_politicas_habitacionais.pdf. Acesso em 01/05/2015.

_____. Ministério Das Cidades. Portaria Nº 595, De 18 De Dezembro De 2013. Portaria Publicada em 20/12/2013, Seção 1, Páginas 99 A 101. Disponível em: http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_595_12dez_18_2013_selecao_dos_beneficiarios_pmcmv.pdf. Acesso em 04/04/2015.

_____. Portal Brasil. CadÚnico. 2008. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>. Acessado em 23/10/2015.

CAMPOS, Vanderlei. O abalo na construção civil: O setor símbolo da inclusão social sofre com as políticas do governo, recebe recursos, mas o horizonte continua nebuloso 2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/854/alicerces-abalados-4404.html>. Acessado em 14/11/2015.

CARLOTO Cassia Maria. Condicionais nos Programas de Transferência de Renda e autonomia das mulheres. Sociedade em Debate, Pelotas – RS. 2012.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 679-84. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em 19/05/2015.

DEMO, Pedro. DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO - Pobreza política como desafio central - Brasília, UnB, julho de 1999.

DUARTE. Vânia Maria do Nascimento. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa, 2015. Disponível em <http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>. Acessado em 25/05/2015.

PENSADOR, Gabriel. Chega. 2015. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/gabriel-pensador/chega.html>. Acessado em 18/11/2015.

MINAYO, Maria Cecília. O Conceito de representação Social dentro da Sociologia Clássica. 13ª ed. Ed. Vozes. 2012. GUARESSCHI, Pedrinho. JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). Textos em Representação Social.

JUNIOR, Nelson Saule. O Direito à Moradia. Com Responsabilidade do Estado Brasileiro. Caderno de pesquisa. 1997. Disponível em:

http://polis.org.br/wp-content/uploads/o_direito_a_moradia.pdf Acessado em 23/10/2105.

MOREIRA, Camilla Fernandes. LEME, Alessandro André. Moradia: Políticas Públicas Nos Governos FHC E Lula. FAPEMIG/UFU 2010 – 2011. Uberlândia MG. Disponível em: http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_estado_lutas_sociais/Moradia_politicas_publicas_governos_fhc_lula.pdf. Acesso em 30/04/2015.

NAIME, Jéssica. A Política De Habitação Social No Governo Do LULA: Dinâmicas E Perspectivas. Seminário Nacional De Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. Universidade Federal de Rio Grande do Norte-UFRGN. Natal, Brasil, 2010.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa- Características, uso e Possibilidades. Caderno de pesquisa em administração, FEA-USP, Nº3. São Paulo – SP. 1996. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 18/05/2015.

NÓBREGA, Maria das Dôres Silva. Representações Sociais da Moradia e da Natureza dos Moradores De Loteamentos de Baixa Renda em Aguas Lindas de Goiás- GO. Universidade de Brasília Instituto das Ciências Humanas, Dep. de Geografia. Brasília DF. 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4406/1/2009_MariadasDoresSilvaNobrega.pdf. Acesso em 25/04/2015.

OTTO, Hyago de Souza. Brasil: O retrato de uma crise: A crise era anunciada há algum tempo, os erros foram e ainda são- grandes e numerosos. Mas, apesar dos pesares, sempre é tempo de corrigi-los. 2015. Disponível em: <http://hyagootto.jusbrasil.com.br/artigos/173821770/brasil-o-retrato-de-uma-crise> Acessado em 14/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL. Projeto Trabalho Técnico Social, 2013.

PROCÓPIO, Fabio et al. Assistencialismo e Assistência social. 2009. Disponível em <https://fabioprocopio.wordpress.com/2009/08/27/assistencialismo-e-assitencia-social/> Acessado em 12/11/2015.

REIS, Francimar Natália Silva Cruz. Programa Minha Casa, Minha Vida: Estrutura Lógica, Focalização e Percepção dos Beneficiários. Dissertação Universidade Federal de Viçosa UFV. Minas Gerais – Brasil. 2013. Disponível: http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/44/TDE-2013-10-22T071902Z-4885/Publico/texto%20completo.pdf. Acesso em 20/03/2015.

REIS Sebastiana Lindaura de Arruda. BELLINI, Marta.). Representações Sociais: Teoria, Procedimentos Metodológicos e Educação Ambiental. Maringá, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/10256/pdf> Acessado em 15/09/2015.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A Política De Habitação Popular No Brasil Em Tempos De Globalização Neoliberal. Programa De Pós Graduação Em Políticas Publicas, Mestrado E Doutorado. III Jornada Internacional De Políticas Públicas, São Luís – MA. 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/1211e0723ab90108ae52Edal%C3%A9a.pdf>. Acesso em 20/05/2015.

ROMANO, Jorge O. ANTUNES, Marta. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro : ActionAid Brasil. 2002. Disponível em:
<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>. Acessado 13/11/2015

SÁ, Celso Pereira de. A construção do objeto de Pesquisa em Representações Sociais. Ed.UERJ. RJ. 1998.

SANTOS, Paula Perin. Conceito de Linguagem e sua importância na luta contra os preconceitos sociais. 2015. São Paulo-SP. Disponível em:
<http://www.infoescola.com/linguistica/conceito-de-linguagem/>. Acessado em 31/10/2015.

SÊGA, Rafael Augustus. O Conceito de Representação Social, nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Porto Alegre –RS. Nº 13, UFRGS, junho de 2000. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf> . Acessado em 22/10/2015.

ANEXO I: QUESTIONÁRIO SEMI-DIRIGIDO

1. NOME?
2. IDADE?
3. FILHOS?
4. ESTADO CIVIL?
5. COMO VOCÊ PERCEBE SUA MORADIA ATUALMENTE?
6. QUANDO SURTIU A NECESSIDADE DE TER UMA MORADIA? COMO FICOU SABENDO DO RESIDENCIAL?
7. COMO É PRA VOCÊ PENSAR EM TER UM IMÓVEL PRÓPRIO?
8. QUAL É O SIGNIFICADO DA CASA PRÓPRIA PARA VOCÊ?
9. COMO VOCÊ IMAGINA ESSA CASA?
10. A RESPEITO DA DEMORA EM ENTREGAR AS CASAS, COMO ISSO ESTÁ SENDO PRA VOCÊ?

ANEXO II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Projeto de pesquisa “O significado da casa própria para os moradores do Residencial Viver Bem no Município de Santa Cruz do Sul – RS” tem como objetivo verificar quais as ideias, significados, afetos dos moradores do Residencial Bem Viver sobre a aquisição da casa própria. Para isso serão propostas 10 (Dez) entrevistas individuais com os moradores do residencial em seus domicílios, no final dessa pesquisa serão todos convidados para que em grupo, possamos falar sobre os significados da casa própria. Os Grupos focais proporcionam um momento de troca de saberes e experiências, podendo através desses encontros, conhecer a realidade desses moradores e poder perceber através das falas o significado dessa aquisição.

O projeto não visa lucros e não há nenhum risco ou desconforto na participação desta pesquisa, pretendendo ainda, contribuir para futuros projetos de habitação que possa acontecer na cidade. Buscando cooperar com o trabalho já existente nesses complexos habitacionais.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação nessa pesquisa, pois fui informada, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido. Também, declaro ter sido igualmente informado sobre a gravação do Grupo Focal assim como das entrevistas individuais. Esse material será arquivado pelo professor orientador em local adequado à manutenção do sigilo das identidades.

Fui igualmente informado:

- De receber respostas a qualquer pergunta, esclarecimento ou dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios, e outros assuntos pertinentes ao projeto de pesquisa.
- Da liberdade em retirar meu consentimento, a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízos a mim.
- Da garantia que não serei identificado quando a divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos.
- Do compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas com a realização desse estudo.
- De que se houverem gastos com a locomoção para a participação da presente pesquisa, serão por conta do participante.

Pelo presente documento, autorizo esse procedimento.

Esta pesquisa será desenvolvida pela acadêmica Graziela Fernanda Ribeiro, e sob orientação da Prof. Dr^a Cristiane Redin Freitas.

Telefones para contato: (51) 82266613 e (51) 95222719

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP UNISC: (51) 37177680 – E-mail: cep@unisc.br

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com a pesquisadora.

Data: ___/___/___

Nome e assinatura do participante

Nome e assinatura do pesquisador

ANEXO III: FOTOS DO RESIDENCIAL